

Rodrigo Constantino

INDICA E EXPLICA



**14 Livros fundamentais para
entender o mundo atual**

GAZETA DO POVO

Índice

<i>Apresentação</i>	3	ler capítulo
<i>Papo de adulto</i>	5	ler capítulo
<i>O amor pelo lar</i>	11	ler capítulo
<i>A cultura da indignação e o resgate da vovó</i>	17	ler capítulo
<i>Como a esquerda radical dominou a cultura</i>	26	ler capítulo
<i>O suicídio do ocidente</i>	30	ler capítulo
<i>Discriminação e disparidades</i>	35	ler capítulo
<i>O delírio da diversidade</i>	41	ler capítulo
<i>A era da vitimização</i>	47	ler capítulo
<i>As lições de Antonin Scaglia</i>	53	ler capítulo
<i>Como a esquerda virou as costas para a ciência</i>	59	ler capítulo
<i>A Traição dos Intelectuais</i>	65	ler capítulo
<i>Os intelectuais fascistas de Mussolini</i>	71	ler capítulo
<i>Churchill e Orwell: a luta pela liberdade</i>	77	ler capítulo
<i>A defesa moral do capitalismo pela ótica cristã</i>	83	ler capítulo

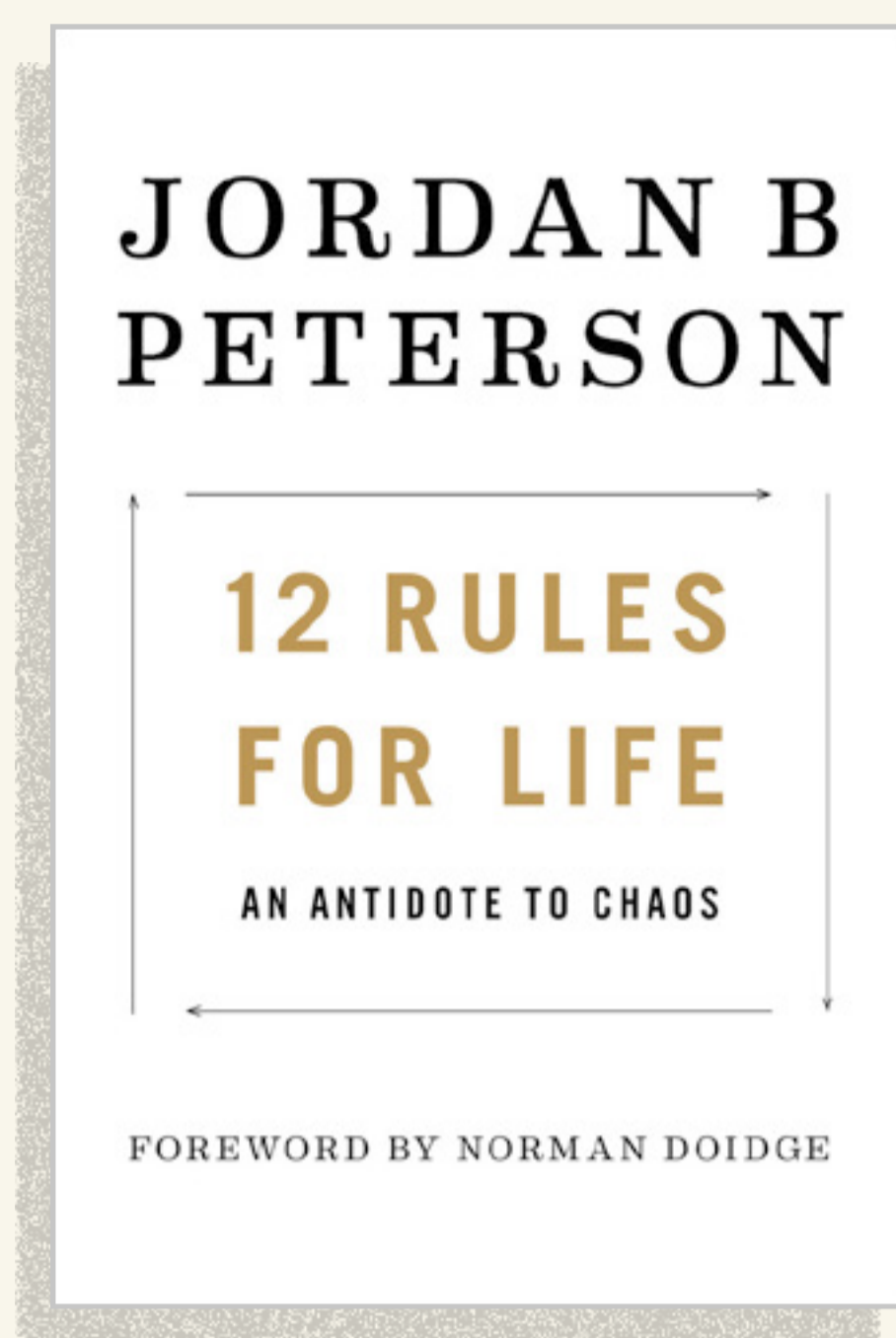
Apresentação

Você certamente conhece o lado polemista de Rodrigo Constantino, explícito em suas colunas diárias aqui na Gazeta do Povo e em suas falas em emissoras de rádio e TV. Para polemizar, no entanto, não basta fazer afirmações fortes e incisivas, é necessário ter um um sólido arcabouço teórico capaz de dar base ao que está sendo dito. Autor de livros como ‘Privatize Já’ e ‘Confissões de um Ex-Libertário’, nos quais versa sobre temas distintos como economia e conservadorismo, Rodrigo Constantino usa seu espaço na Gazeta do Povo para escrever sobre livros indispensáveis para entender a guerra cultural dos dias de hoje e nossa sociedade em geral. Neste livro digital ofe-

recido a você, Rodrigo Constantino disserta sobre obras de Jordan Peterson, Roger Scruton, Thomas Sowell e Theodore Dalrymple — grandes nomes do conservadorismo mundial —, além de tratar dos temas mais urgentes do momento, dando diagnósticos precisos sobre nossa sociedade, sobre a dominação esquerdista da cultura e a corrupção intelectual das universidades. Aproveite este livro, um presente exclusivo da Gazeta do Povo aos admiradores da honestidade intelectual de Rodrigo Constantino.



índice



PAPO DE ADULTO

O psicólogo canadense Jordan Peterson alcançou fama internacional após uma entrevista na televisão britânica em que, hostilizado por uma militante feminista disfarçada de entrevistadora, conseguiu manter a calma, o foco nos argumentos, e expôs o viés ideológico e os preconceitos daquela que tentava colar no entrevistado a imagem de conservador preconceituoso machista.

O motivo da entrevista era o lançamento do seu livro '12 Regras Para A Vida — um antídoto contra o caos' (Ed. Alta Books). Trata-se de um livro que merece ser lido com certa urgência, pois sua mensagem nunca fez tanta falta ao mundo, dominado

pelo relativismo pós-moderno, pela ditadura do politicamente correto e pela marcha das “minorias oprimidas”. É um papo de adulto, para quem quer falar a sério sobre a vida, não para quem busca fugas e ilusões nos “locais seguros” protegidos contra as “microagressões” e qualquer tipo de ofensa.

Os vídeos de Peterson têm feito tanto sucesso justamente porque tocam na ferida, falam aos jovens em busca de algum sentido para suas vidas, de uma estrutura mais ordenada em meio ao caos produzido pelo vale-tudo atual. Essa libertinagem hedonista mascarada de liberdade gera angústia e vazio, e Peterson tenta colocar um pouco de ordem no caos. A busca por um equilíbrio entre ordem e caos é, inclusive, um dos grandes temas do livro.

O vácuo será logo preenchido, e ninguém pode viver sem uma bússola moral. Até mesmo os relativistas acabam usando uma, ainda que inconsistente. Por trás do discurso de tolerância e de não julgamento, muitos mascaram seu próprio ódio, seus preconceitos, enquanto posam de virtuosos nas redes sociais em busca de curtidas e aprovação. Na prática, flertam com o destrutivo niilismo, com o desespero do vazio, aderindo a ideologias radicais que supostamente tampam o buraco.

Já com Freud entendemos que viver em sociedade, ao menos numa civilizada, significa criar freios

para nossos apetites, criando regras morais que restringem nossa “liberdade” plena. Os pós-modernistas querem abolir esses freios, quebrar todos os tabus, gritar que “é proibido proibir”. O resultado dessa libertinagem, que vem num crescendo desde a década de 1960, tem sido preocupante, para dizer o mínimo. Tem sido caótico, para ser mais preciso.

Peterson bebe muito de fontes míticas, usando seus arquétipos para transmitir mensagens importantes incutidas na sabedoria dos antigos, enraizadas nas tradições que serviam, como ritos de passagem, para o amadurecimento. As normas sociais, as histórias de heróis, os mitos, tudo isso contribuía para a transformação de jovens em adultos, de meninos em homens, de meninas em mulheres. Havia uma estrutura social, um território mais familiar, que hoje se tornou uma grande mancha.

Onde os “progressistas” enxergam utopias e ilusões acerca da natureza humana, que seria infinitamente elástica e uma tábula rasa, Peterson vê, com mais realismo, bestas humanas que precisam justificar sua existência miserável, o que impõe a necessidade de rotina e tradição, de ordem. Vida é também sofrimento, especialmente para seres humanos com consciência da morte, das doenças, do fardo da existência. Fingir que isso não existe só agrava o problema.

Por outro lado, compreender melhor de onde o animal homem vem pode nos ajudar a suportar melhor o desafio. O livro foge do academicismo e traz exemplos curiosos do reino animal ou do cotidiano do próprio autor. Explicar a tendência natural de busca por status ou hierarquia, especialmente nos homens, com base nas lagostas é um típico exemplo dessa abordagem, que torna a leitura mais leve e divertida, apesar da seriedade do assunto.

Numa época de vitimização em que a maioria tenta colocar a culpa dos males em terceiros ou em abstrações, tais como o sistema ou a sociedade, Peterson nos lembra que o mal está em cada um de nós, sempre à espreita. Se somos monstros em potencial, e reconhecemos isso, então temos mais ferramentas para realmente lidar com tiranias opressoras. Se, por outro lado, vemos o homem como uma santa vítima de forças externas, um cordeirinho inocente, não teremos condições de resistir ao avanço dos lobos.

A fraqueza humana, sua fragilidade, já está representada no mito de Adão e Eva. Quando eles se dão conta de que estão nus, após se tornarem autoconscientes, ficam com vergonha, percebem o quão desprotegidos estão na natureza. Ao ver as diferenças, alimentamos o ressentimento também: a beleza ofusca o feio, a força envergonha o

fraco. Isso pode levar ao medo, à inveja, com consequências trágicas, como a história de Caim e Abel nos revela. Eis aí o “pecado original” que está tão fora de moda nos círculos modernos, uma lembrança saudável do que somos capazes de fazer quando movidos por certas paixões ou instintos.

Daí a importância de se ter uma visão construtiva, uma direção, uma vida com propósito. Não é o vício que precisa de explicação, mas a virtude. Para fracassar na vida, basta cultivar alguns hábitos ruins. É o sucesso que exige explicação, sacrifício constante, determinação, força de vontade. E nesse processo haverá todo tipo de tentação, especialmente do que Peterson chama de “Trindade do submundo”: arrogância, engano e ressentimento.

Muitos de nós estamos constantemente em busca da felicidade, como algum ideal a ser atingido. Peterson não considera isso uma boa receita. Ao perseguir tanto a felicidade, ela acaba sempre nos escapando, gerando seu oposto: mais angústia e frustração. Em vez disso, Peterson recomenda buscar a virtude, uma vida boa, sempre com a gratidão pela própria existência e com a noção de que a dor e o sofrimento estarão ali na esquina, pois são parte inexorável de nossas vidas.

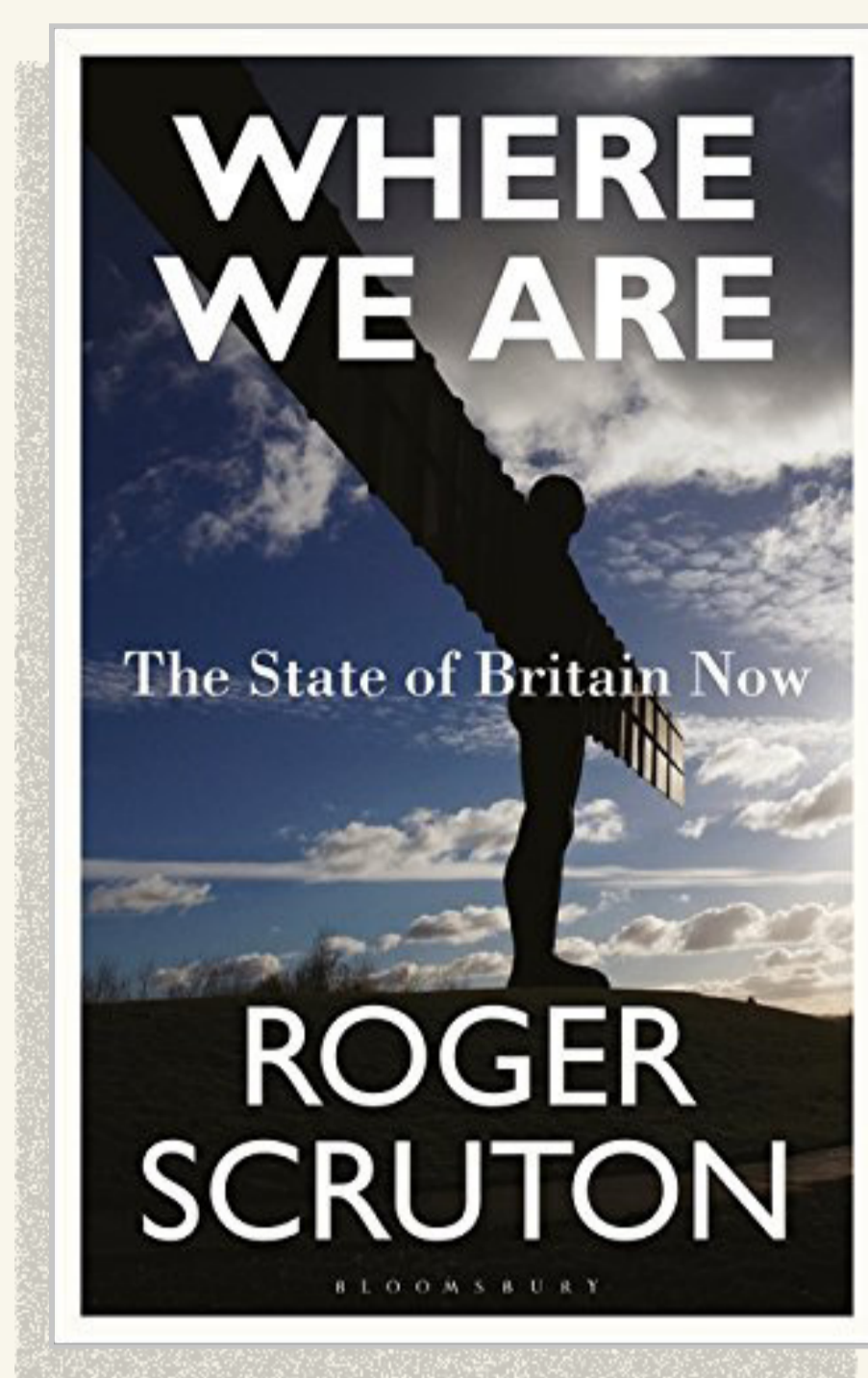
E quanto aos nossos filhos, Peterson recomen-

da que os eduquemos de verdade, transmitindo responsabilidade, ajudando-os a se tornarem adultos, em vez de tentar protegê-los para sempre dos riscos da vida. Impor limites, saber lidar com sua agressão inata, criar regras claras, estimular o sacrifício presente para ganhos futuros, procurar manter um ambiente familiar saudável em casa, eis algumas dicas óbvias.

Há muito mais no livro, e recomendo a leitura na íntegra. Em tempos de infantilização geral, com tantos “adultescentes” por aí, e com a perversa ideologia de gênero repetindo que homem e mulher são construções sociais, é um bálsamo travar uma conversa com um pensador sério e adulto.



índice



O AMOR PELO LAR

Não são poucos os poemas e as músicas que falam do sentimento de pertencer a um lar, ou da saudade de casa. A busca por essa sensação de familiaridade, conforto e segurança, existentes somente quando estamos em “casa”, parece ser algo atávico a nós, seres humanos. Se exagerado, pode levar a um tribalismo perigoso, a um nacionalismo xenófobo. Em doses certas, porém, produz um patriotismo saudável.

Roger Scruton, filósofo conservador britânico (1944-2020), defende em seu livro ‘Where we are’ esse valor patriótico, tomando como base o caso específico do Reino Unido e o “Brexit”, aprovado

em plebiscito. Muitos na imprensa repetiram que a escolha pela saída da União Europeia foi tomada pelos mais pobres e ignorantes, com medo da globalização. Não deixa de ser interessante ver que um dos mais inteligentes e preparados pensadores da atualidade se colocou ao lado desses “alienados”.

A questão central de seu argumento gira justamente em torno da “soberania nacional”. Para muitas pessoas comuns, as redes de contato pessoal, os relacionamentos nas vizinhanças, a decisão de quem nos governa e de onde, são todos aspectos cruciais e urgentes. Para essas pessoas, algo estava em risco, que foi ignorado pelos políticos, e que era muito mais relevante do que argumentos econômicos e geopolíticos. Era uma questão de identidade: quem somos, onde estamos, e o que nos mantém unidos em torno de uma ordem política comum?

Aqueles que focam apenas em argumentos econômicos ignoram que essa questão antecede a economia. Para Scruton, as democracias ocidentais estão sofrendo de uma crise de identidade, e isso tem afetado as decisões da população. O “nós”, que é a fundação de uma sociedade de confiança e uma condição sine qua non para um governo representativo, tem sido atacado não só pela economia global e pelas mudanças aceleradas no estilo de vida, mas também – e, em muitos casos, princi-

palmente – pela imigração em massa de pessoas com outras línguas, costumes e religiões, que tantas vezes entram em confronto com os hábitos locais e representam lealdades concorrentes.

Para piorar, a população local nem sequer pode questionar tais mudanças, pois logo é acusada pelas elites de “xenofobia”, “racismo” ou “islamofobia”. Mas, numa democracia, é o povo que confere poder aos governantes, e é ao povo que esses governantes devem obediência. A questão da soberania se torna evidente: precisamos saber quem “nós” somos, como povo, e o que nos faz um mesmo povo, para que a democracia seja possível. Não pode haver democracia sem “demo”, sem o “nós” ligado por um sentimento compartilhado de pertencimento. Um povo não é somente o ajuntamento de indivíduos atomizados como ilhas, mas algo a mais, que demanda ao menos um apreço por valores comuns básicos.

No caso dos britânicos, lembra Scruton, há toda uma tradição de valores que explica a identidade do povo. A responsabilidade que cobram dos governantes, por exemplo, tem sido uma marca desde séculos. O patriotismo tem sido outro aspecto presente no legado britânico, um sentimento derivado do respeito pelo e o amor ao estilo de vida que eles possuem. Essa “ideia britânica” encontra-se ameaçada pela imigração em massa

e o multiculturalismo.

Burke falava da importância dos “pequenos pelotões” formados pelas alianças locais, pontos focais de lealdades locais, mas duráveis. Daí viriam as emoções espontâneas, e a enorme quantidade de associações voluntárias, de clubes para todos os tipos de interesses, demonstra como os britânicos apreciam essa característica. Os britânicos sempre valorizaram sua liberdade, independência, e as instituições que permitiam tal modo de vida. Foi justamente esse caráter britânico que Churchill soube explorar tão bem com suas palavras, para mobilizar o povo na luta contra o nazismo e pela sobrevivência do legado britânico, da própria civilização ocidental. Eles estavam lutando, prontos para morrer, em defesa de seu “lar”.

As metrópoles urbanas impessoais e as conexões virtuais podem ter enfraquecido nos mais jovens essa sensação de pertencimento local, mas ainda é visível o mito da vida rural como cola social nos ingleses, e basta pensar na Hogwarts imaginada por J.K. Rowling. Desde o Iluminismo, ao menos, a literatura e a arte britânicas têm sido essencialmente pastorais em sua inspiração. Mesmo aqueles que estão distantes desse estilo de vida conseguem imaginá-lo como um ideal, como algo importante que se perdeu e deve ser buscado para dar propósito à vida.

Os marxistas acharam que todos os trabalhadores poderiam abandonar esse amor pela “casa” e focar na abstração da “classe”, todos se unindo no mundo todo em torno dessa ideia comum. Os trabalhadores de vários países, em especial na Inglaterra, provaram que a ideia da nação vinha antes do conceito de classe. Eles eram ingleses antes de ser marxistas. George Orwell foi um dos que perceberam essa força superior da ideia da Pátria. O coração do proletariado estava no “nós” que formava uma só nação, um só povo, de classes distintas numa luta comum.

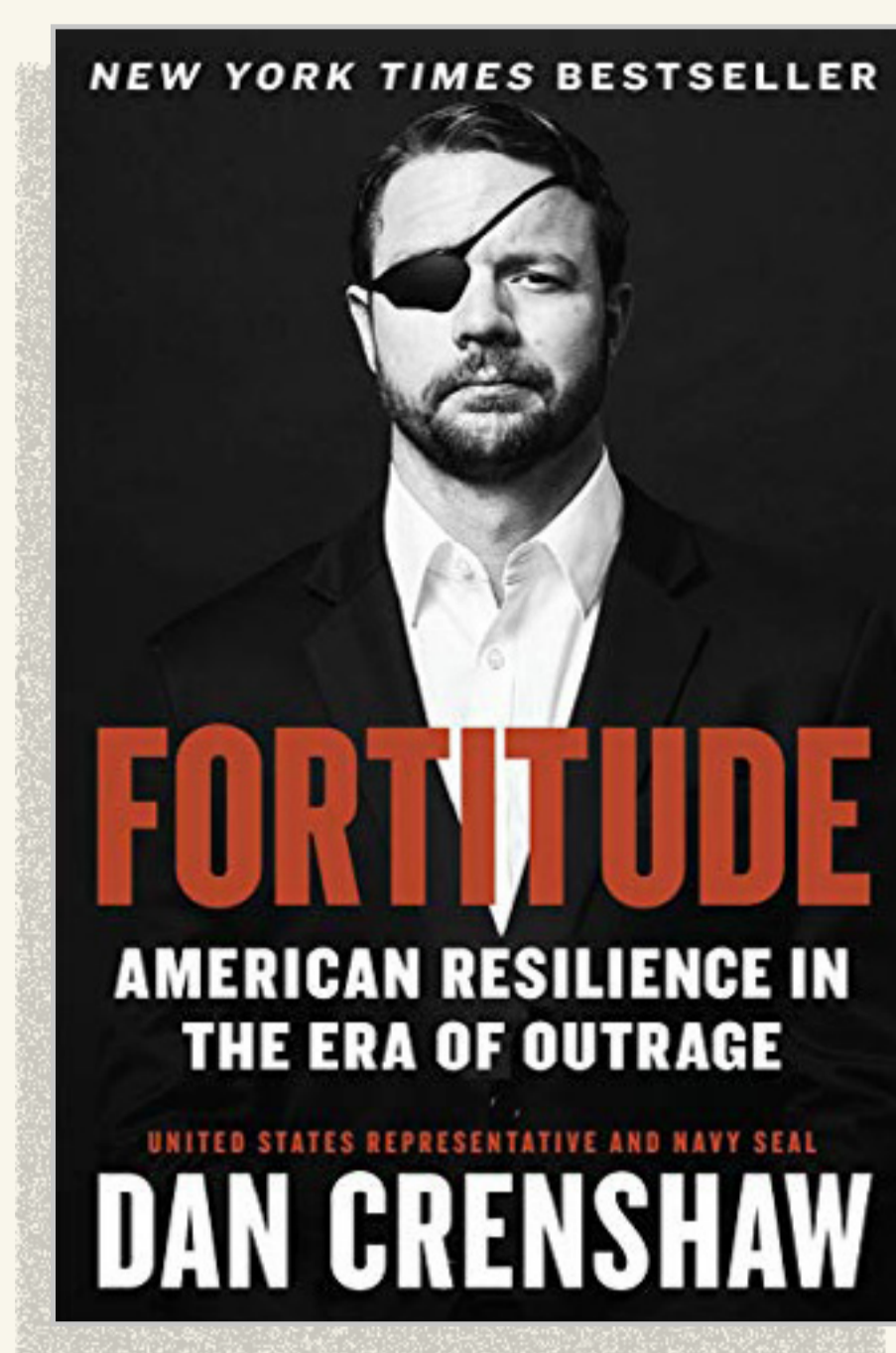
“É porque a cidadania pressupõe adesão de membros que a nacionalidade se tornou tão importante no mundo moderno. A nacionalidade não é o único tipo de filiação pré-política, nem é um laço exclusivo. No entanto, é a única forma de adesão que se mostrou capaz de sustentar um processo democrático e um império das leis liberal”, escreve Scruton. A nação vem justamente para aplacar os conflitos tribais. Por nação podemos entender o compartilhamento de um território comum, da mesma língua, instituições, costumes e um senso de história, que faz com que aquele povo se considere igualmente comprometido tanto com o local de residência como com o processo político e legal que o governa.

“Membros de tribos se veem como uma família;

membros de comunidades de credo se veem como fiéis; membros de nações se veem como vizinhos”, resume o filósofo. E quando os fiéis colocam sua lealdade fora da vizinhança, os interesses podem entrar em um conflito irremediável. Se a lealdade do muçulmano britânico está em Alá, e não na comunidade local em que vive, ele dificilmente irá se tornar um bom cidadão, que respeita as leis locais, um vizinho que compartilha daquela mesma sensação de que estamos todos no mesmo barco.



índice



A CULTURA DA INDIGNAÇÃO E O RESGATE DA VOVÓ

O que seria a cultura da indignação? Para ela, o importante é estar sempre irritado com “injustiças”, pois assim se age por emoção e não razão. Ignora-se o fato de que vivemos na era mais próspera e livre da história, e essa cultura destila apenas vitimização.

Mas a esquerda explora justamente isso: se você estiver devidamente informado, então precisa estar WOKE, “desperto” para toda a exploração das “minorias” pelo “sistema”.

Mas a indignação é sinal de fraqueza também. Não é uma virtude simplesmente estar indigna-

do. Normalmente tal sentimento não produz uma reação virtuosa e produtiva ou útil.

O livro 'Fortitude', de Dan Crenshaw, é sobre essa cultura da indignação que fomenta o tribalismo, a acusação contra o "outro" e promove o esgarçamento do tecido social: é inviável conviver em sociedade quando uns querem esganar os outros o tempo todo.

As pessoas assumem as piores intenções nas falas dos outros, em vez de conceder com maior generosidade o benefício da dúvida. Com o anonimato das redes sociais, isso tem levado a um ingrediente bastante tóxico para uma política de linchamento de manadas.

Deixamos para trás a visão clássica do herói arquetipo, alguém calmo, seguro de si, senhor da situação. "Se você consegue manter a cabeça no lugar enquanto outros estão perdendo as suas", como diria Kipling. Hoje temos o oposto: o "herói" é aquele sempre indignado, revoltado, berrando, apontando dedos, com reações emocionais tidas como "genuínas" ou "autênticas". Uma Greta!

As virtudes estão em declínio, e isso traz a questão da sustentabilidade de nossa civilização. A mensagem básica do autor é que se você está perdendo sua leveza, então você já perdeu. Se você se deixa

levar pelos “gatilhos”, você está sem o controle e permitindo que outros te controlem. E isso, acima de tudo, é uma derrota pessoal. Cabe a você resgatar o controle.

Indivíduos mais fortes e resistentes formam sociedades mais estáveis e duradouras. Indivíduos mais responsáveis criam ambientes melhores, com mais liberdade e disciplina. Uma cultura caracterizada pela vitimização, indulgência, ressentimento e indignação é uma que logo se desfaz. É uma escolha existencial, portanto.

O autor dedica um capítulo às suas experiências pessoais, de quem perdeu um olho e quase o outro numa bomba caseira no Afeganistão. Como ex-Navy SEAL, Dan Crenshaw pode dividir com o leitor todo seu ensinamento rigoroso, estoico, que efetivamente lhe foi útil para resistir sob condições terríveis.

Mas Crenshaw foi forjado no sofrimento. Sua mãe teve diagnosticado um câncer terminal quando ele tinha apenas 5 anos, e deram cinco anos de vida a ela. De fato, ela morreu quando ele tinha 10 anos. Não obstante a dor, sua mãe enfrentou a situação com coragem, cabeça erguida e até algum humor. Ela tinha tudo para se tornar amargurada e ressentida, mas não fez isso.

Foi a lembrança de sua mãe, assim como o pensamento sobre quantos outros tiveram de enfrentar coisas similares ou piores, que fez com que Dan aguentasse o combate para não perder a outra visão. Ele teve de ficar 6 semanas virado de cabeça para baixo, praticamente sem se mexer, após a cirurgia. Os médicos achavam improvável ele recuperar a vista, mas ele manteve o otimismo, a esperança e a fé. Ele julga essa obstinação como crucial para ter suportado o martírio.

A gratidão é fundamental para evitar a cultura da indignação. Ter uma perspectiva maior do que se tem, do que os outros enfrentam, pode nos ajudar a vencer o desespero, a autocomiseração, a fraqueza. Desistir ou ficar se lamuriando não são opções aceitáveis, ponto. Ter em mente o que o mundo já passou pode ajudar, e é preciso escolher não se tornar alguém amargo.

A ideia de hábito aristotélico, os ensinamentos estoicos, a formação sólida do caráter, essas são receitas para a vida, antídotos contra a indignação infundada. E esses hábitos valem para os pequenos detalhes. Não se atrasar, não mentir para o parceiro, agir com senso de dever moral e como cidadão responsável. Crenshaw bebeu da fonte do cavalheirismo: integridade, força e honra, além de compromisso com o que é certo.

E um dos segredos é jamais ter um Plano B. No momento em que você se permite uma rota alternativa mais fácil ou medíocre, você irá tomá-la. Se ele não tivesse obstinado para se tornar um SEAL, jamais teria aguentado o teste, que é feito para que a maioria desista no processo. Os que desistem são aqueles que possuem um Plano B. A América não tinha Plano B após 4 de julho de 1776, e mesmo quando a Coroa Britânica ofereceu coisas que seriam consideradas fantásticas e além dos sonhos dos colonos revolucionários, a partir daquele momento não havia mais negociação: era liberdade e independência ou nada.

A modernidade, a própria prosperidade, porém, tem tornado os americanos mais molengas. Os “pais helicópteros” criam seus filhos num ambiente super protetor. A cultura moderna tem recompensado quem grita mais alto ou com mais raiva, confundindo paixão com substância. A arrogância substitui a humildade em se admitir que não conhece a fundo determinado tema. Poucos conseguem manter certa calma num ambiente desses, em que a própria mídia produz estímulos constantes para ações imediatas e irrefletidas.

Crenshaw dá muita importância ao senso de humor também, inclusive do tipo mais negro. É uma válvula de escape necessária para a realidade dura. Ele recomenda ainda atenção aos detalhes, foco,

dedicação. Uma pessoa focada e atenta é alguém que faz mais perguntas, que tem maior curiosidade, e isso tende a levar a uma maior profundidade também.

Em um dos capítulos, Crenshaw lembra da importância de se sentir vergonha pública, uma espécie de freio para nossos deslizes. Não é sinalização de falsa virtude, mas aquela sensação sincera de quem sabe estar agindo de forma equivocada. Entre os extremos de sentir vergonha paralisante de tudo e viver pelos outros, ou não demonstrar qualquer vergonha perante terceiros, há que se buscar um equilíbrio saudável. Não é, portanto, temer o julgamento alheio, mas se arrepender de fato dos erros, odiar o pecado. A cultura do cancelamento vai na direção contrária disso.

Somente com alguma vergonha podemos alimentar um senso de dever, e com isso nos transformar em cidadãos responsáveis. Uma nação próspera não pode depender apenas da punição legal; os seus cidadãos precisam escolher seguir as leis por outros motivos. E as leis devem ser respeitáveis para serem respeitadas, claro. Estas devem se basear em virtudes atemporais.

Doses de sacrifício e mesmo sofrimento são importantes para formar pessoas com propósitos mais elevados, que dão sentido às suas vidas. Sa-

bemos que o que é obtido com maior esforço tende a ter mais valor do que aquilo que vem fácil. Não devemos, então, fugir de toda dor e sofrimento, ou do estresse. Com a dosagem certa e em uma frequência tolerável, eles são ingredientes necessários para nossas vidas. “No pain, no gain”, diz o ditado popular. Em outras palavras, saia da zona de conforto. O objetivo deste exercício é dessensibilizar-se aos infortúnios com os quais a vida inevitavelmente o confronta.

Em certo sentido, esta é a diferença entre os cidadãos normais e os indignados anormais: um conta histórias sobre o que eles fizeram e o outro conta histórias sobre o que foi feito a eles. Um é sobre realização, o outro é reclamação. Devemos buscar uma responsabilidade por nosso destino, por mais que não controlemos tudo. Nós controlamos muito, nossas reações, nossas ações. As perguntas voltadas para dentro aceitam a responsabilidade e abrem a porta para melhorias. As perguntas voltadas para fora atribuem a culpa a terceiros e procuram passar o fracasso para os outros.

Nessa visão distorcida, as pessoas são classificadas em três grupos: os oprimidos, o opressor e o campeão dos oprimidos. Os guerreiros da justiça social são, obviamente, os campeões autoprocclamados, e geralmente são os conservadores que são rotulados como opressores (embora nem sempre).

Os oprimidos – geralmente um grupo minoritário – são designados pelos chamados campeões e informados de que sua prosperidade futura depende da benevolência do campeão.

O sucesso desta narrativa contra os Estados Unidos é resultado da compreensão superior da esquerda das guerras culturais e da necessidade de se engajar na cultura em todas as frentes de batalha. A esquerda conquistou a academia, a cultura pop, a comédia e o jornalismo em um grau excepcional.

Devemos começar reconhecendo que a América é um milagre. Um produto dos melhores e mais promissores ideais que a humanidade já teve. A fundação foi o ápice do experimento político e cultural, onde as grandes mentes de Jefferson, Madison, Hamilton, Washington e outros puderam criar o projeto de um novo país usando todas as lições de milhares de anos de evolução política e filosófica.

A receita sugerida pelo autor, à guisa de conclusão, é a seguinte:

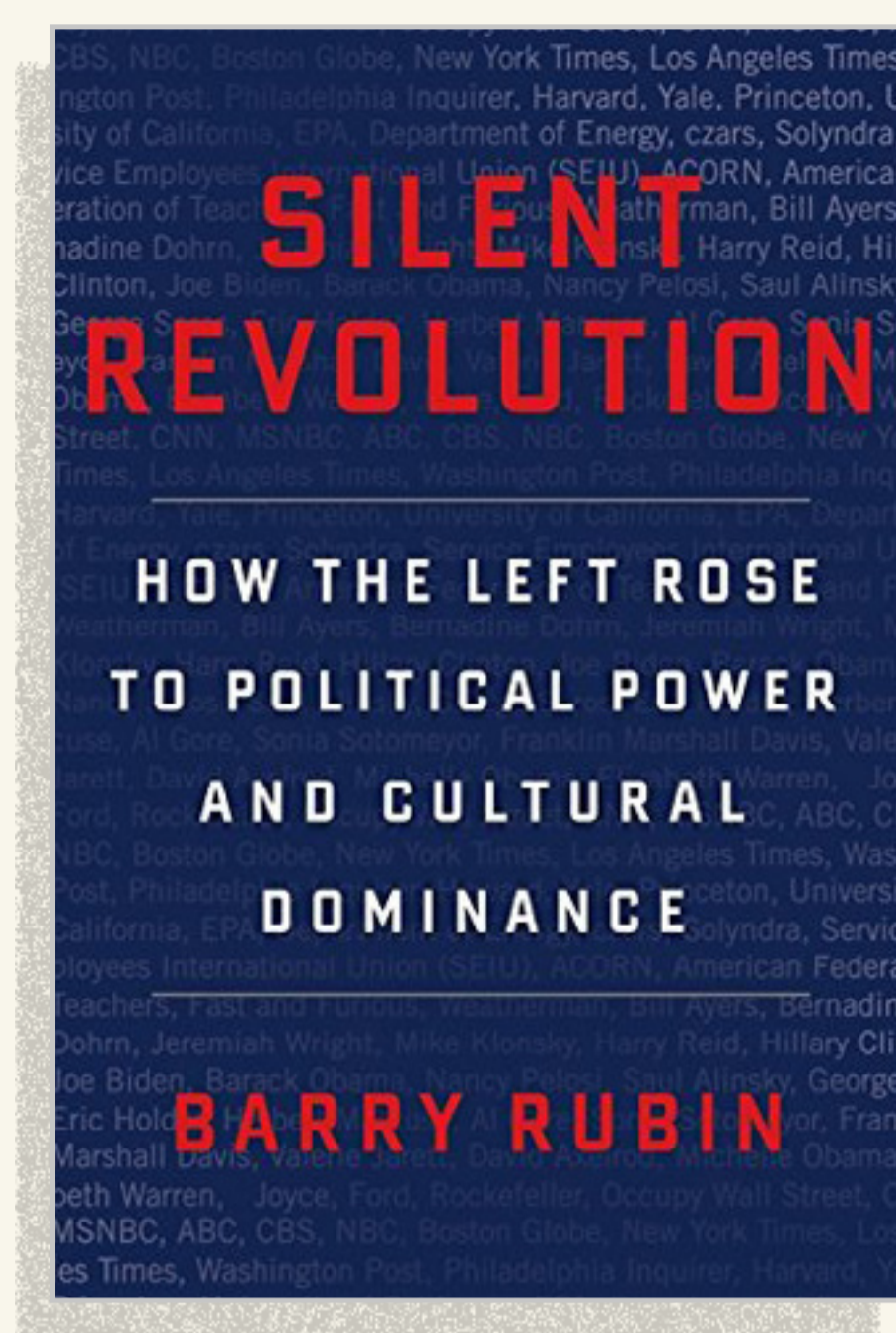
“Não desistirei diante do perigo, da dor ou da dúvida; não vou justificar o caminho mais fácil diante de mim. Eu decido que todas as minhas ações, não apenas algumas, são importantes. Cada pequena tarefa é uma contribuição para um propósito su-

perior. Cada dia é realizado com o senso de dever de ser melhor do que ontem, mesmo nas menores coisas. Eu procuro dificuldades. Não corro dor, mas a abraço, porque tiro força do meu sofrimento. Eu enfrento as provações inevitáveis da vida com um sorriso. Eu pretendo manter minha cabeça, ficar quieto, quando o caos me dominar. Contarei a história de minhas falhas e dificuldades como vitorioso, não como vítima. Eu serei grato. Milhões que vieram antes de mim sofreram muito, lutaram muito e foram abençoados com muito pouco para que eu desperdiçasse esta vida. Então eu não vou. Meu propósito será defender e proteger o espírito de nossa grande república, sabendo que os valores que prezamos só podem ser preservados por um povo forte. Eu farei minha parte. Vou viver com Fortaleza.”

Em suma, resgatar os bons e velhos conselhos da vovó. O mundo precisa retornar ao bom senso, pois o pêndulo extrapolou demais em direção ao relativismo moral subjetivista. É preciso buscar um equilíbrio. Não é necessário ser um filósofo ou um SEAL para compreender a importância de certas virtudes na vida pessoal de cada um e na construção de um tecido social sustentável. Escute a vovó – ou a tia do Zap. Ela tem razão!



índice



COMO A ESQUERDA RADICAL DOMINOU A CULTURA

A esquerda radical tomou conta da cultura, chegou ao poder, e você não só não notou isso, como a chama de “moderada”. Isso aconteceu inclusive nos Estados Unidos, outrora os bastiões da liberdade individual.

Ocorreu em quatro estágios: o radicalismo tomou de assalto o “liberalismo”; o novo “liberalismo” pintou seu único oponente como sendo um conservadorismo reacionário; o radicalismo passa a representar tudo que há de bom no mundo e a correção de tudo que havia de ruim; os radicais têm o monopólio da verdade para fundamentalmente mudar o mundo.

Essa é a tese de Barry Rubin em ‘Silent Revolution’, em que explica como a esquerda dominou a cultura e a política na América. O exercício retórico para tanto foi um malabarismo bem contraditório: os “progressistas” clamam para si o mérito de tudo que há de positivo nas conquistas ocidentais, ao mesmo tempo em que afirmam que o Ocidente é basicamente malvado.

Escravidão, exploração, miséria, injustiças e preconceitos: assim é descrita a trajetória ocidental, ignorando-se que tais coisas sempre existiram no mundo e que foi o próprio Ocidente, com suas democracias liberais, que mitigou bastante os problemas.

Enquanto o impulso liberal original era de melhorar o mundo com reformas, o radicalismo se tornou uma ideologia anticapitalista, que pretende suplantar os valores mais básicos do Ocidente, “revolucionar” a coisa toda.

O ex-presidente americano Barack Obama é o ícone desse radicalismo. Fala em “transformar essencialmente” a América, e não reconhece seu caráter excepcional na defesa histórica da liberdade, como o farol que foi para o resto do mundo.

Obama é radical, julgava-se acima da própria Constituição, adotava tom messiânico e medidas

extremamente intervencionistas, mas ainda assim é visto pela grande imprensa como um “moderado”. É a maior prova de que os radicais tiveram sucesso em sua estratégia.

A maior força do movimento foi justamente sua “invisibilidade”, a negação geral de que aquilo estava acontecendo mesmo. “Quem espera que o diabo ande pelo mundo com chifres será facilmente sua presa”, alertou Shopenhauer.

Os marxistas que explodiam bombas na década de 1960 se tornaram professores influentes, gurus de gente poderosa, sem reconhecer seus equívocos do passado, sem mudar a sua essência. Mas quem acusasse tais “intelectuais” de radicais seria visto como o verdadeiro radical, uma inversão absurda que acabou dando certo.

O autor chama esse movimento de Terceira Esquerda, diferente da esquerda comunista raivosa e a Nova Esquerda dos anos 1960. A atual é mais inteligente, opera nos bastidores, subvertendo valores e conceitos, dominando a cultura e a academia.

Seus críticos foram ridicularizados, isolados, com o apoio da própria imprensa. Quem quer que apontasse para os elos radicais de Obama era desqualificado como paranoico ou extremista. Defender os valores básicos que fizeram dos Estados

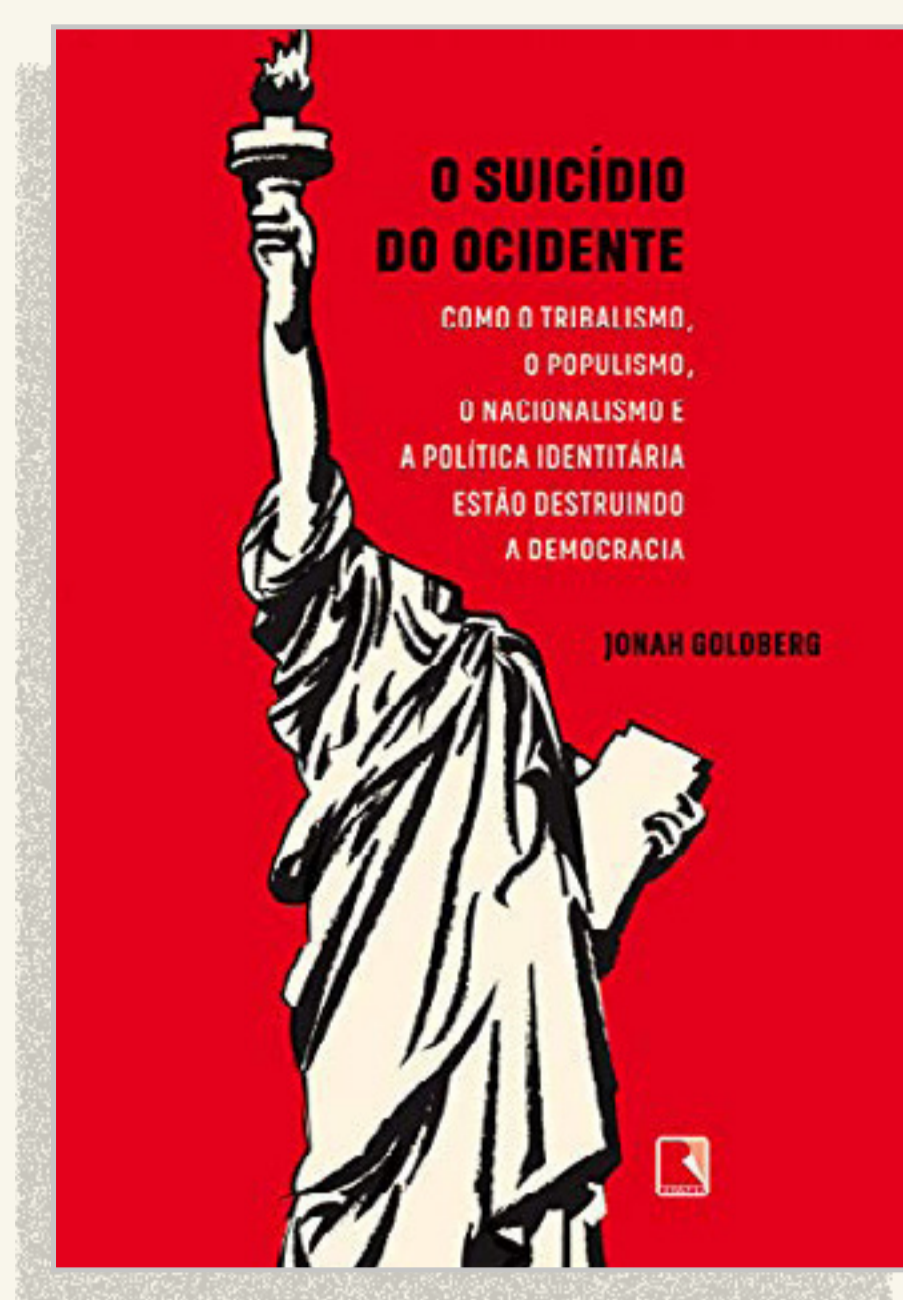
Unidos essa grande nação já passava a ser coisa de “ultraconservador”.

A maior vítima nesse processo foi o próprio liberalismo. Ele foi desaparecendo, dando lugar a esse radicalismo “progressista” que não guarda mais semelhança alguma com sua origem. Para os seguidores de Obama, JFK seria um “ultraconservador” reacionário.

No Brasil aconteceu o mesmo fenômeno, com o agravante de que não tínhamos liberalismo mesmo. A socialdemocracia tucana é vista como de “direita” e “neoliberal”, uma prova de que os radicais de esquerda obtiveram sucesso na campanha ideológica. PT e PSOL são, no fundo, ultraradicais, mas “radical” é aquele que diz essa simples verdade hoje.



índice



O SUICÍDIO DO OCIDENTE

Vivemos na era progressista. E o que exatamente é essa era progressista? Qual o seu legado e sua origem? Em ‘Suicídio do Ocidente’ (Editora Record), Jonah Goldberg dedica um capítulo inteiro ao tema, cujo subtítulo é “o nascimento da Constituição viva e a morte da liberdade”. Seu foco é o caso americano, mas isso não diminui a relevância de sua análise, que nos oferece todo um arcabouço intelectual e político para explicar a mentalidade vigente na tal era progressista, que deixou sua profunda marca em nosso país também.

Há basicamente duas premissas básicas para definir os intelectuais progressistas: em primeiro

lugar, o governo moderno deve ser guiado pela “ciência” e não pela política em si; e, em segundo lugar, uma economia industrializada deve ter a supervisão e a regulação minuciosa da mão visível do Estado administrativo moderno. O poder deve ser concentrado numa burocracia de “ungidos”, capaz de liderar a nação rumo ao progresso, com base na ciência.

O darwinismo teve forte influência nos pensadores progressistas, principalmente ao atacar noções de direitos naturais e, ao mesmo tempo, alimentando a ideia de que o Estado não é apenas uma expressão do povo, mas deveria ser também o guia de uma contínua “evolução” da sociedade. Esta passou a ser vista como um organismo vivo, especialmente pelos sociólogos, como uma criatura que tem instinto de autopreservação. O “caótico” capitalismo era contrário a esta visão: órgãos de um mesmo “corpo” não devem competir entre si, mas sim trabalhar em harmonia. O coletivismo é a marca registrada dos progressistas.

Os pensadores progressistas beberam da fonte positivista também, inspirada em Auguste Comte, que considerava que a humanidade tinha entrado em uma nova fase da história, na Era da Ciência, e que a sociedade poderia ser dirigida, guiada e aperfeiçoada por especialistas iluminados. O individualismo era, para essa turma, a “doença do

mundo ocidental”. A Prússia de Bismarck era tida como referência para toda uma geração de acadêmicos americanos, justamente por seu crescente aparato burocrático para administrar a sociedade. Entre os admiradores estava o jovem Woodrow Wilson, que se tornaria o primeiro presidente efetivamente “progressista” da América.

Foi nesse contexto que nasceu a perigosa ideia – culto, na verdade – de que a Constituição é um organismo vivo, que aquilo que os Pais Fundadores criaram era datado e precisava “evoluir” constantemente. Os Pais Fundadores, ao contrário, entendiam que a natureza humana é relativamente estável e que as paixões humanas precisam ser controladas para se preservar a liberdade. Os “progressistas” deixariam de lado tais alertas, endossando uma visão “otimista”, ou mesmo romântica, do homem, em especial aquele com o poder: o administrador do setor público que estaria acima das tentações comuns e que só pensaria no “bem geral”.

Nessa toada, os “progressistas” passaram a defender um poder arbitrário e extralegal aos administradores do Estado, para que pudessem colocar em prática a “vontade geral” do povo, promover o “bem maior”. No fundo, argumenta Goldberg, não há nada de progressista nisso; trata-se de um sentimento reacionário para se recriar

a antiga aristocracia dos “especialistas” e evitar, assim, as consequências “caóticas” da liberdade, como a “destruição criadora” de que falava o economista austríaco Schumpeter.

Os administradores do Estado seriam a nova casta protegida, com vastos privilégios e estabilidade de emprego, para que pudessem colocar o “bem geral” acima de seus próprios interesses. É uma visão no mínimo ingênua da natureza humana, que ignora o alerta de Lorde Acton: o poder corrompe e o poder absoluto corrompe absolutamente. Quando a classe de administradores se viu blindada contra a política e sem qualquer necessidade de prestar contas aos eleitores, nascia o “Estado administrativo”, que também atende pelo nome de establishment ou “deep state”. São aqueles que, entra governo e sai governo, permanecem no poder, sem precisar prestar contas à sociedade.

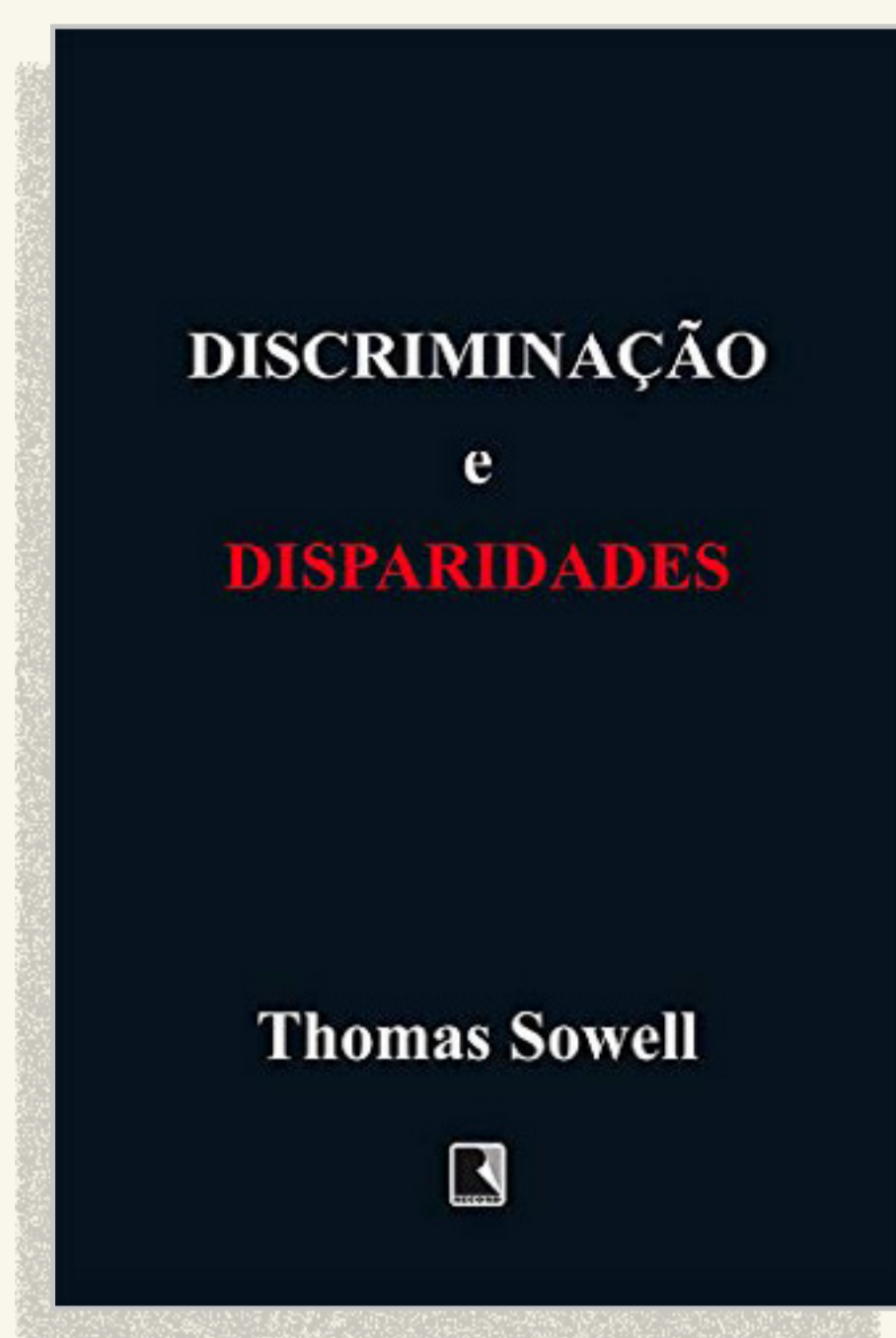
Esses “especialistas altruístas” existem apenas na cabeça dos “progressistas”. Mas a visão foi tão poderosa que muitos passaram a defender essa categoria de burocratas que teria como único foco o bem-estar social. A ideologia passou a dar suporte ao avanço do Estado, que já tem naturalmente uma tendência de crescer sem parar. O resultado não poderia ser outro: o agigantamento estatal, com todas as nefastas consequências que ele produz, como mais corrupção, impostos maiores,

regulação asfixiante e a perda de liberdade do cidadão. E tudo em nome da ciência, como vemos nos discursos dos “progressistas” (basta pensar na questão do aquecimento global e como a histeria por ele criada justifica um aparato estatal cada vez maior).

O legado do “progressismo”, portanto, é aquele de um Estado mais e mais dirigista, intervencionista e inchado, dominado pela “tirania dos especialistas”, que perderam totalmente o contato com a realidade da população.



índice



DISCRIMINAÇÃO E DISPARIDADES

Muitas pessoas observam as discrepâncias estatísticas na sociedade e concluem automaticamente que elas se devem a algum tipo de preconceito, de discriminação. Os salários mais baixos, na média, das mulheres ou dos negros precisam ter uma explicação no machismo ou racismo, pensam essas pessoas. Mas será que isso faz algum sentido?

Thomas Sowell mergulhou nesse tema em seu novo livro, 'Discriminação e Disparidades' (Ed. Record). Como de praxe, Sowell traz argumentos sólidos, lógica e dados concretos para o debate, ou seja, não fala a quem só quer repetir slogans ou monopolizar as virtudes em busca de uma sen-

sação artificial de superioridade moral. Ele fala a quem quer pensar.

O autor desperta a fúria dos líderes de movimentos de “minorias” justamente por isso: ao focar na verdade, descarta o sensacionalismo. O fato de ser negro é uma agravante, pois anula a possibilidade de rejeitar seus pontos com base na acusação de racismo. O livro é dedicado a outro liberal negro, o professor Walter Williams (1936-2020), que também tem um livro desmontando a falácia do racismo como bode expiatório para desigualdades e mostrando que o livre mercado é o melhor amigo dos negros (e brancos, mulheres, gays etc.).

Logo no começo, Sowell lança uma provocação sobre as chances de sucesso em alguma área qualquer. Ele nos pede para imaginar uma atividade em que as chances de alguém ter qualquer um dos cinco requisitos básicos para destaque sejam de dois terços, uma chance elevada. Mas, se o sucesso demanda os cinco requisitos juntos, então a possibilidade de alguém unir todos cai para $32/243$, ou seja, apenas um em oito, aproximadamente.

Com esse exercício hipotético simples, Sowell lembra-nos que é absurdo esperar um sucesso igualmente distribuído pela sociedade, de forma aleatória. Alguns indivíduos ou grupos ou nações conseguem desenvolver, ao longo do tempo,

certos atributos que levam ao destaque, a uma conquista que somente parcela ínfima do todo terá. Alguém pode ter um talento natural, mas não teve boas oportunidades. Outro pode ter oportunidades e talento, mas é preguiçoso. E por aí vai.

Sowell tem apreço pela comprovação empírica das teorias, e mostra ao longo do livro que as evidências não sugerem o preconceito como fator crucial para as disparidades encontradas. São muitos fatores em jogo e, como basta falhar em alguns para obter resultados bem diferentes, a explicação se mostra muito mais complexa no mundo real. Até mesmo filhos dos mesmos pais, criados no mesmo ambiente, apresentam resultados distintos, o que anula a possibilidade de discriminação nesses casos.

O ambiente familiar, aliás, aparece como fator importante nas pesquisas, assim como o fator cultural. Por isso Sowell critica tanto a narrativa de vitimização típica das “minorias”, em especial o ataque à alta cultura nos guetos dominados por negros. Com mais de 70% dos filhos de negros americanos sem a figura do pai em casa, e com a acusação de “agir como branco” se for buscar um aprendizado correto da língua ou formação clássica, fica complicado se destacar depois.

Poucos povos sofreram tanto preconceito como o

judeu. No entanto, isso não os impediu de enormes conquistas. Quando direitos iguais foram concedidos, primeiro pelos Estados Unidos no final do século 18, depois pela Europa, o fluxo de judeus para universidades deslanchou. Com a ajuda do aspecto cultural, o “povo do livro” se destacou em diversas áreas. Com menos de 1% da população mundial, judeus receberam 22% dos Prêmios Nobel em Química, 32% em Medicina e 32% em Física.

Sowell divide a discriminação em duas categorias, sendo a primeira aquela necessária para nossa tomada de decisão racional, baseada em fatos, e a segunda sendo o preconceito, com base em premissas arbitrárias como aversão ao sexo ou “raça”. Todas as políticas estatais surgem como reação ao segundo tipo, mas ele não é o único, nem sequer o predominante. Muitas vezes as pessoas julgam e discriminam com base em fatos, e todos nós discriminamos o tempo todo – é a própria definição de escolha. Preferir uma marca a outra é “discriminar”, nesse primeiro sentido.

O mercado avalia desempenho, e às vezes, para economizar o custo da informação individual, faz isso por meio de agregados, de estatística, sendo impossível fazê-lo caso a caso. Homens jovens pagam mais caro pelo seguro do carro, pois costumam causar, na média, mais acidentes. Não é um preconceito, e sim uma discriminação racio-

nal da seguradora. Se, de forma análoga, negros praticam mais crimes, na média, serão abordados com maior frequência pela polícia. Discriminação racial, ou puro preconceito racial como supõe a esquerda?

Utiliza-se o fato de que a proporção de negros presos é bem maior que os 13% da população que representam, mas alguém que alegasse viés racial para falar da grande quantidade relativa de negros na NBA seria ridicularizado pela evidente falácia lógica, aponta Sowell. Correlação não é o mesmo que causalidade e a presença desproporcional em alguma coisa qualquer não é prova de racismo ou preconceito.

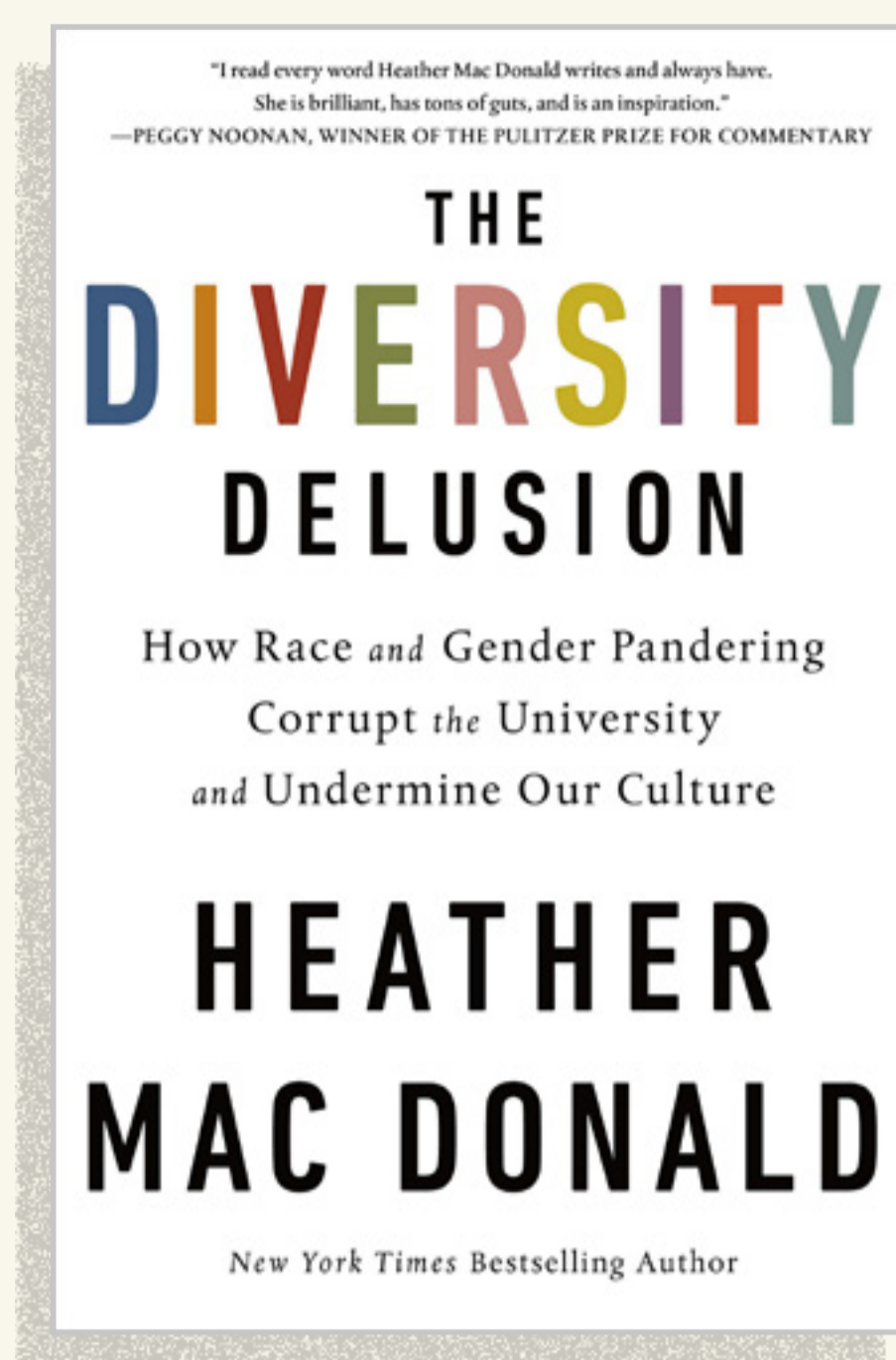
Falar disso no mundo atual já soa absurdo, mas só porque a marcha das “minorias oprimidas” tem asfixiado o debate livre racional. O problema, diz Sowell, é que são as “minorias” os maiores prejudicados com essa postura. O salário mínimo, por exemplo, pune de forma desproporcional os jovens em geral, e os jovens negros em particular, ao impor um salário acima do de mercado. Como os jovens são menos experientes e produtivos, acabam punidos com o desemprego.

Mas as estatísticas manipuladas ignoram isso e focam nas disparidades de grupos como se fossem resultado do preconceito, nada mais. Ao se

falar dos 1% mais ricos, ou dos 20% mais pobres, ignora-se a enorme mobilidade dentro dessas faixas, como se elas fossem formadas pelos mesmos indivíduos, num grupo estanque. Nada mais falso. Entre os mais ricos de hoje, menos da metade fazia parte desse grupo há uma década, e entre os mais baixos salários há muitos que são apenas jovens começando no mercado de trabalho, e vão ascender na vida depois. Detalhes bobos para quem quer o efeito sensacionalista de chamadas sobre a desigualdade, para quem coloca a retórica acima da verdade.



índice



O DELÍRIO DA DIVERSIDADE

As universidades nunca tiveram tanta diversidade étnica e cultural. Não obstante, a obsessão dos “progressistas” está em expandir ainda mais essa diversidade, como se a fiel representação da população em geral ali dentro, com base em raça ou gênero, fosse um fim em si mesmo. Com isso, uma cultura coletivista racial, alimentada pela vitimização dessas “minorias”, tomou conta dessas universidades, com graves efeitos na qualidade do ensino.

É o que mostra Heather Mac Donald em ‘The Diversity Delusion’ (A Ilusão da Diversidade). Heather é autora de ‘War on Cops’ (Guerra contra a polícia), livro que dissecou a narrativa oca “progressista”

sobre a criminalidade, com base nas falácias do Black Lives Matter, movimento que tem instigado a tensão racial no país. Por conta disso, a autora conhece bem o atual clima de intolerância nas universidades: foi alvo de protestos violentos que demandaram escolta policial para garantir sua segurança. Isso num ambiente que deveria fomentar a liberdade de expressão.

O que ela argumenta no novo livro é que os alunos universitários cada vez mais apelam para a força bruta, às vezes a violência criminosa, para calar as ideias de que não gostam. Quando palestrantes conservadores necessitam de proteção policial para falar, e muitas vezes nem assim conseguem, isso deveria acender um alerta geral de que alguma coisa deu muito errado nas universidades. O objetivo é impedir que intelectuais dissidentes se conectem aos alunos para preservar o monopólio do pensamento esquerdista.

O marco da civilização ocidental é o compromisso com a razão e o argumento. A grande conquista do Iluminismo europeu foi obrigar que qualquer forma de autoridade tenha que se justificar com base em argumentos racionais, em vez de pura coerção. Nas universidades, isso tem sido cada vez mais suprimido por uma censura escancarada. Se ela não for combatida agora, perderemos um precioso legado, e uma forma de totalitarismo poderá

se tornar a nova norma na América (desnecessário dizer que tudo que se passa nas universidades americanas é uma realidade ainda pior no caso brasileiro).

Os alunos chegam às universidades sem conhecimentos básicos sobre a história, e aprendem que a herança ocidental é sistematicamente racista e machista. Todo esse discurso alimenta a vitimização das “minorias”, que passam então a apelar para todo tipo de autocomiseração. Em vez de desfrutar do rico ambiente intelectual de que dispõem, e que por si só já é restrito, esses jovens acabam adotando uma postura derrotista e carregam esse fracasso nos ombros quando saem de lá para a vida. Eles precisam parar de sentir pena de si mesmos e aceitar que são privilegiados só por estarem ali.

Qualquer reitor que permite a criação de “locais seguros” no campus contra as supostas “micro-agressões” já perdeu a condição de preservar o verdadeiro sentido de uma universidade. Alguns argumentam que isso é o resultado de uma geração protegida demais, mimada pelos “pais helicópteros”, mas Heather discorda: se fosse apenas isso, os homens brancos também bancariam as vítimas e pediriam ajuda. Há o fator psicológico da geração “flocos de neve”, sem dúvida, mas a autora acrescenta o fator ideológico: no centro de tudo está a

visão de que a cultura ocidental é racista e sexista.

Essas universidades ensinam os jovens a se enxergar como oprimidos. Ganha mais pontos na escala de vitimização quem consegue marcar mais quesitos de minoria. Uma mulher negra e lésbica, por exemplo, tem mais “direitos” do que um homem gay. Cria-se uma disputa para ver quem conquista o lugar de maior oprimido, o que lhe dará vantagens profissionais e a blindagem contra críticas, por conta do seu “lugar de fala” privilegiado. Não se discute mais o que é dito, mas apenas quem o disse.

O politicamente correto interessa a quem quer calar o debate por falta de argumentos. É uma forma velada, ou nem mais tão velada assim, de intimidar o oponente. Então se rotulam as supostas malignas intenções — ele é racista, machista, homofóbico, xenófobo — para não ter de rebater aquilo que se diz. Ataca-se o mensageiro para não ser preciso responder à mensagem.

Há também, como mostra Heather, o puro oportunismo. Um enorme aparato burocrático foi criado só com o intuito de aplicar a “diversidade” nas universidades. Cada vez mais gente vive desse esquema. As universidades gastam rios de dinheiro só para atender à pressão desse discurso, que faz vítimas reais, como alunos que foram expulsos por acusações falsas e absurdas. A “cultura do es-

tupro”, uma histeria fomentada pelo movimento feminista, mereceu um capítulo inteiro, rebatendo várias falácias disseminadas.

Claro que na área de humanas essa visão “progressista” fez um estrago bem maior. Mas nem as ciências exatas escaparam. A obsessão por “diversidade” vem forçando uma redução do nível de exigência nos testes, assim como uma troca de questões objetivas por outras mais subjetivas. E não importa se existem diferenças inatas entre homens e mulheres, ou se seus interesses não necessariamente se equivalem. É preciso ter uma quantidade igual de homens e mulheres, ponto. Óbvio que essa demanda não existe em cursos onde já há grande predominância feminina, expondo a hipocrisia da turma. Mais de 80% dos médicos residentes em obstetrícia e ginecologia são mulheres, por exemplo, mas ninguém reclama. Por que será?

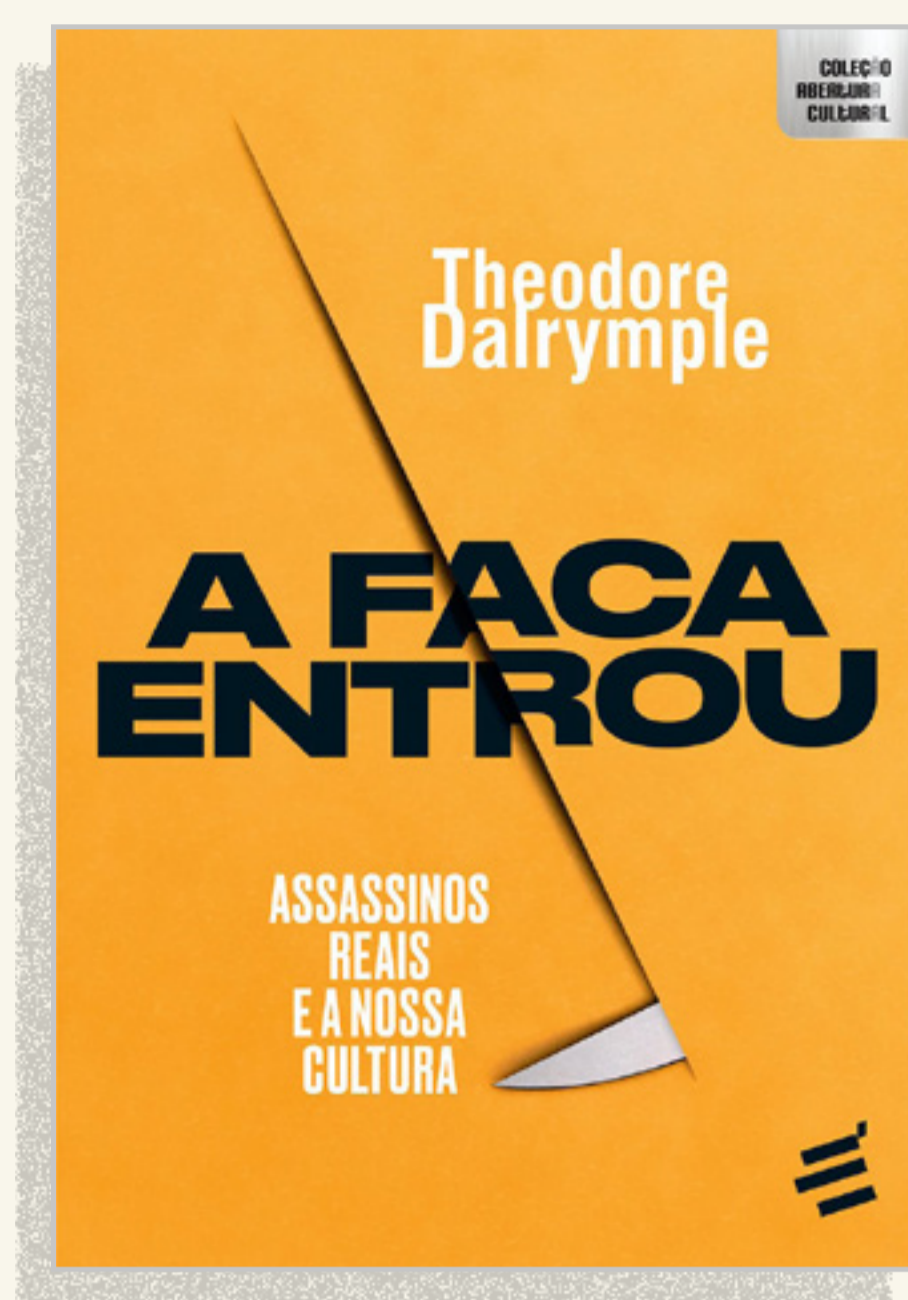
Tudo isso tem consequências drásticas não só para a qualidade do ensino, mas para o futuro da América. Esses alunos vão para cargos importantes, pois estamos falando das universidades da “Ivy League”, como Harvard e Yale. No mais, reduzir os padrões para combater o sexismo fantasma e o suposto racismo endêmico é algo um tanto imprudente num mercado global competitivo e implacável. Impulsionada pela meritocracia sem remorso, a China está alcançando rapidamente os

Estados Unidos em ciência e tecnologia. A política de identidades é um luxo caro demais que a elite culpada abraçou.

Ao invés de emergir das universidades com mentes ampliadas e informadas pelo melhor que a herança cultural tem a oferecer, os estudantes cada vez mais se fecham em bolhas de reclamações e queixas, grupos definidos pela vitimização. Heather conclui deixando duas perguntas incômodas no ar: quem, além de uma vasta burocracia administrativa, se beneficia com essa situação? E o que irá substituir o que foi perdido?



índice



A ERA DA VITIMIZAÇÃO

Ler Theodore Dalrymple é sempre um grande prazer. Não por acaso já li mais de dez livros do autor, com quem já estive em Porto Alegre, com a honra de fazer as perguntas e ouvir as respostas. O foco era seu livro 'A Faca Entrou' (Ed. É Realizações).

Dalrymple, com seu estilo elegante, mergulha nas memórias de seus vários anos como médico prisional, além de testemunha nos tribunais, normalmente de regiões pobres de Londres. Ele fala, portanto, com autoridade sobre criminalidade. E a marca registrada de suas análises é justamente a constante tentativa de evasão de responsabilidade por parte dos criminosos.

Segundo seus relatos, a coisa mais comum que ele ouvia era que “a faca entrou”, como se o objeto inanimado tivesse volição independente e capacidade de ação, não o próprio indivíduo. Invertendo a causalidade, é como se a faca tivesse pego a mão do sujeito e a dirigido ao encontro do alvo, não o contrário.

Da mesma forma, muitos marginais repetiam que o problema foi terem caído na turma errada. Curioso, apontava o médico com ironia, ele conhecer tanta gente que “caiu” no grupo errado, mas ninguém do grupo errado em si. Na mesma hora em que fazia tal provocação, o bandido normalmente sorria, mostrando que pode ser cruel, mas não necessariamente burro. Eles entendiam perfeitamente o intuito do médico.

As histórias de Dalrymple retratam uma cultura em decadência, “um espelho cristalino e nada sentimentalista pelo qual vemos o progresso moderno como ele realmente é”, resume a contracapa. Quando perguntei a ele se essa fuga da responsabilidade era algo que havia piorado com o tempo, especialmente nessa marcha das “minorias oprimidas”, sua resposta foi simples e direta: quase tudo em termos culturais piorou.

Essa talvez seja a sina dos conservadores: enxergar a realidade sem filtro ideológico, sem lente

rosada. O libertário Murray Rothbard achava que, no momento em que cedemos ao “pessimismo”, escorregamos rumo ao conservadorismo. Mas se vemos os valores morais se degradando, a alternativa é mentir para nós mesmos, fingir ser cego? Como explica Roger Scruton, há usos interessantes para o pessimismo.

A doença mais preocupante destacada no livro é essa vitimização de quem produziu apenas o mal, cometeu crimes terríveis, viveu uma vida de desvios. A culpa é sempre dos outros! E temos visto essa narrativa, que exime o indivíduo de responsabilidade, ganhando cada vez mais destaque na mídia. Basta pensar nos caminhões que matam em atentados terroristas, como se fossem os Transformers; nas armas que matam alunos, como se ninguém tivesse puxado aquele gatilho.

Um dos grandes divisores entre o grupo de indivíduos que cresce na vida e o grupo que apenas existe, como um animal instintivo, é a coragem de assumir erros. De um lado, aquelas pessoas virtuosas que admitem seus próprios defeitos, sempre na busca sincera pelo progresso. Do outro, aqueles que culpam o mundo ao redor pelos seus males, que se colocam como vítimas eternas. Uns são agentes ativos na vida, os outros são bestas selvagens.

As ações humanas, por mais influenciadas que possam ser por fatores exógenos, são sempre individuais. Indivíduos, não coletivos abstratos, agem. A responsabilidade, portanto, deve ser individual. A responsabilidade vem da habilidade de resposta, fazendo responsável pelo ato aquele que o praticou. Eximir um indivíduo da responsabilidade de seu ato é o caminho certo para a desgraça, para a prisão na bolha do vitimismo.

Pessoas fracassadas costumam sempre depositar a culpa dos seus erros nos outros, de preferência em algo bem vago, como sociedade, sistema, miséria, infância sofrida etc. Essas pessoas, segundo sua ótica, seriam apenas marionetes, executando ações sem qualquer livre arbítrio, autômatos guiados por uma força oculta qualquer. Compram assim a tranquilidade de espírito, jogando para outros a culpa dos próprios erros. Jamais saem da completa mediocridade, no entanto.

Extrapolando essa característica para nações inteiras, vemos que os países miseráveis costumam sempre adotar uma cultura de vítima, culpar bodes expiatórios externos pela sua desgraça. São sempre coitadinhos, transferindo a responsabilidade para outros agentes. A receita certa para se perpetuar a miséria. “Os que creem que a culpa de nossos males está em nossas estrelas e não em nós mesmos ficam perdidos quando as nuvens enco-

brem o céu”, alertou Roberto Campos.

O filósofo Schopenhauer já aconselhava nesse sentido: “Não devemos procurar desculpas, atenuar ou diminuir erros que foram manifestamente cometidos por nós, mas confessá-los e trazê-los, na sua grandeza, nitidamente diante dos olhos, a fim de poder tomar a decisão firme de evitá-los no futuro”. Um dos “pais fundadores” dos Estados Unidos, Benjamin Franklin, dizia que “os sábios aprendem com os erros dos outros e os ignorantes não aprendem nem com os próprios”. Esse foi um homem que buscou ser melhor a cada dia, sempre trazendo à tona seus próprios erros do passado, para com eles aprender.

Claro que tem gente que realmente enfrenta condições ruins, infortúnios terríveis até. Mas mesmo nesses casos não há motivo para jogar a toalha de vez, como se o destino estivesse selado. Viktor Frankl, preso pelos nazistas, concluiu que “entre o estímulo e a resposta, o homem tem a liberdade de escolha”. Ele decidiu reagir da melhor forma possível diante daquela terrível situação num campo de concentração.

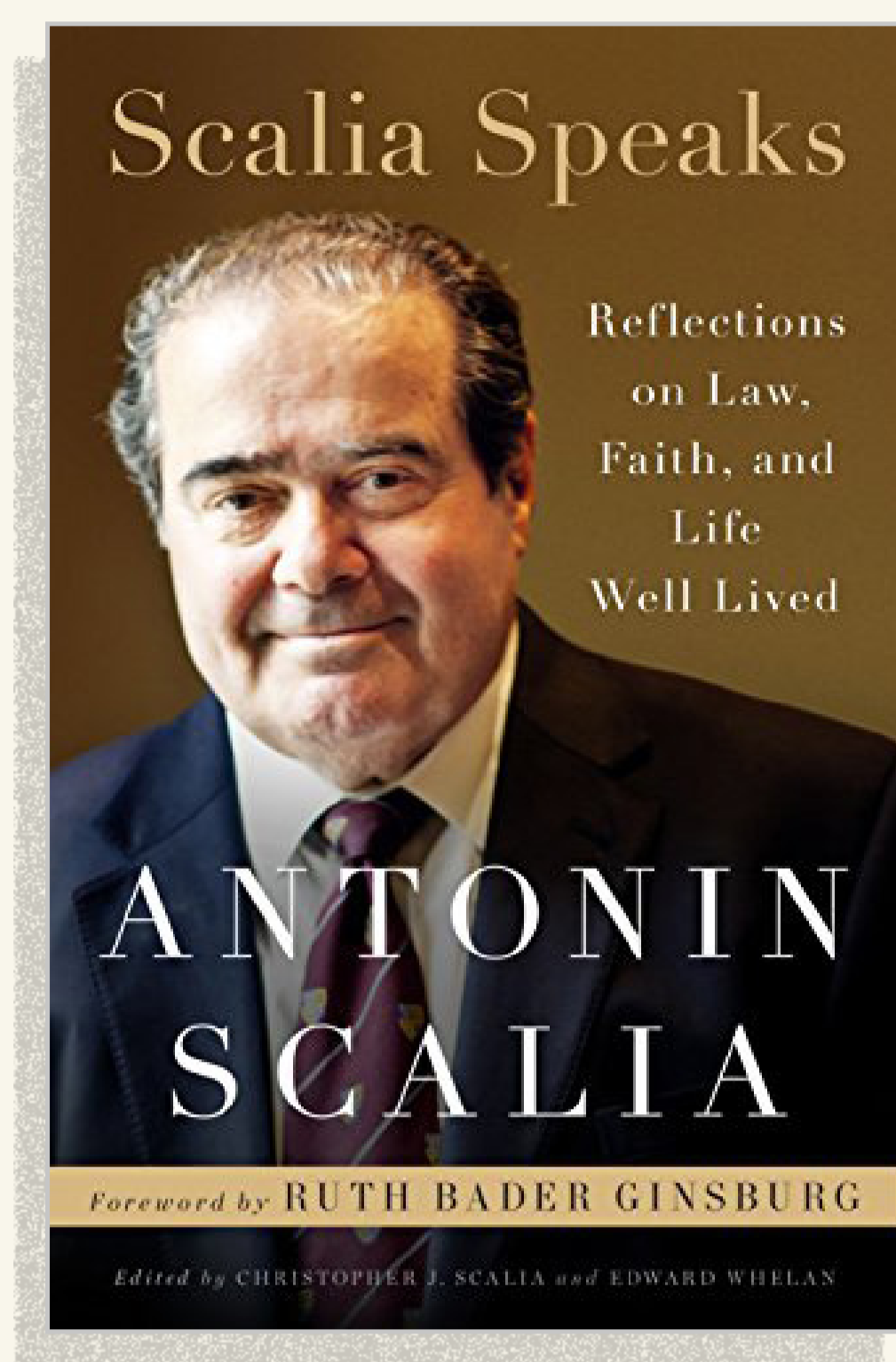
Não escolhemos tudo que se passa ao nosso redor, mas escolhemos em parte como reagir às contingências do destino. E o nosso fracasso deve ser sempre uma lição. Uns ficam paralisados diante

dos próprios erros e logo partem para as tradicionais desculpas, jogando o problema para fora de si. Outros assumem a rédea da própria vida, entendendo que os erros devem ser enfrentados, assimilados e transformados em valiosas lições, para jamais se repetirem.

Liberdade só pode andar junto com responsabilidade. Quem foge desta, se afasta daquela. E depois reclama: “doutor, a faca entrou”.



índice



AS LIÇÕES DE ANTONIN SCAGLIA

Antonin Scalia foi o primeiro “justice” (o termo usado para os magistrados da Suprema Corte americana) de origem italiana, apontado por Ronald Reagan em 1986. Era um conservador originalista, ou seja, levava muito a sério a intenção dos “pais fundadores” ao legarem a Constituição como espinha dorsal da lei no país que criaram, em vez de considerar o documento um “organismo vivo” a ser moldado pelo modismo do momento, ou pela “voz das ruas”.

Católico, amante de ópera, dono de refinado bom humor e com uma postura de cavalheiro, Scalia foi casado por meio século com Maureen, com

quem teve nove filhos. Scalia morreu aos 79 anos de idade, em 2016, num rancho no Texas, onde estava com outros membros de um grupo de caça. Um de seus filhos, Christopher, reuniu inúmeros discursos do pai, com a ajuda de um assessor, no livro *Scalia Speaks*, que englobam reflexões não só sobre o direito legal, mas sobre a fé e uma vida bem vivida.

O prefácio foi escrito por Ruth Ginsburg, também da Suprema Corte e de inclinação “progressista”. As divergências ideológicas não impediram a amizade e o respeito mútuo entre ambos, algo que já serve como primeira lição para os tempos atuais, em que qualquer desacordo político já é pretexto para se romper relacionamentos. Boas pessoas podem chegar a conclusões diferentes, e as instituições podem se beneficiar de tal pluralidade.

Além disso, o próprio Scalia gostava de desafiar crenças estabelecidas, não por ser do contra, mas por entender que era fundamental inspirar nos outros a dúvida, o desejo de questionar suas premissas e de buscar a verdade. O processo de procurar a resposta, de pesquisar, é aquele que estimula a mente. Novas analogias ocorrem, novas avenidas se abrem, e os insights surgem por meio desse processo.

De origem italiana, Scalia também foi um grande

patriota, e identificava os principais valores que representavam a América. Tinha humildade para reconhecer que os melhores de hoje, os mais bem-sucedidos, subiram em ombros de gigantes do passado. Ele entendia como é difícil criar uma grande sociedade, enquanto é muito fácil, por meio de intrigas bobas internas ou do fracasso de confrontar ameaças externas, perdê-la. A América merece ser preservada.

E quais seriam esses valores que fazem dela uma grande nação, e que os italianos teriam colaborado para alimentar? Em primeiro lugar, a capacidade de trabalhar duro; em segundo lugar, o amor pela família; em terceiro lugar, o amor pela igreja, ou a fé religiosa; e, por fim, como resultado dos demais, um amor pelos prazeres físicos simples da existência humana, como boa comida, música e, claro, vinho.

Com isso em mente, Scalia se sentia orgulhoso da herança cultural italiana, e mesmo assim se sentia 100% americano. Imigrantes jamais deveriam ser ingratos com a América. Se trouxeram contribuições, também receberam muita coisa em troca. A começar pela tolerância para com essas diferenças, algo um tanto único nos Estados Unidos, um “caldeirão” cultural. E o que faz alguém americano não é o sangue, o local de nascimento ou o nome, mas sim a crença nos princípios da liber-

dade e da igualdade de todos perante as leis.

Um dos pontos mais fortes da nação, para Scalia, é justamente o fato de pessoas com credos distintos, etnias diferentes, origens diversas, unirem-se em prol de ideais comuns e aprenderem não só a tolerar, mas a respeitar o outro. Mas nada disso pode ser tomado como garantido. Scalia lembrava que o progresso moral não segue o material, e que a Alemanha que produziu o nazismo foi a mesma que se destacava nas ciências, na filosofia, na música ou na educação pública. O fato de que o Holocausto ocorreu nesta nação deve servir sempre como alerta aos que confundem avanço científico ou material com valores morais ou espirituais.

Por mais que a América seja fruto do legado da Europa, Scalia também gostava de destacar as diferenças entre ambos, apontando valores que os americanos tinham e estavam ausentes no continente europeu. A Constituição escrita pelos fundadores tinha como meta justamente impedir muitos dos equívocos que viram no velho continente. A começar por um ceticismo bem maior em relação ao governo, buscando criar mecanismos de pesos e contrapesos para mitigar o potencial estrago causado pelo Estado.

Os meios para se perseguir os fins é que variam bastante, e o diabo está sempre nos detalhes. Os

americanos demonstraram ao longo do tempo um apreço maior pela defesa das liberdades individuais, pela liberdade de expressão e religiosa, garantida na Primeira Emenda, pelo direito de ter armas, garantido na Segunda Emenda e que visava à proteção do povo contra o risco de tirania do governo.

O aspecto religioso também difere; enquanto a Europa se torna cada vez mais secular, os americanos seguem conscientes daquilo que seus “pais fundadores” sabiam: que um povo livre precisa de um arcabouço moral, e que este depende da religião. John Adams, Benjamin Rush e George Washington enfatizaram inúmeras vezes a importância desse pilar para a sobrevivência da república.

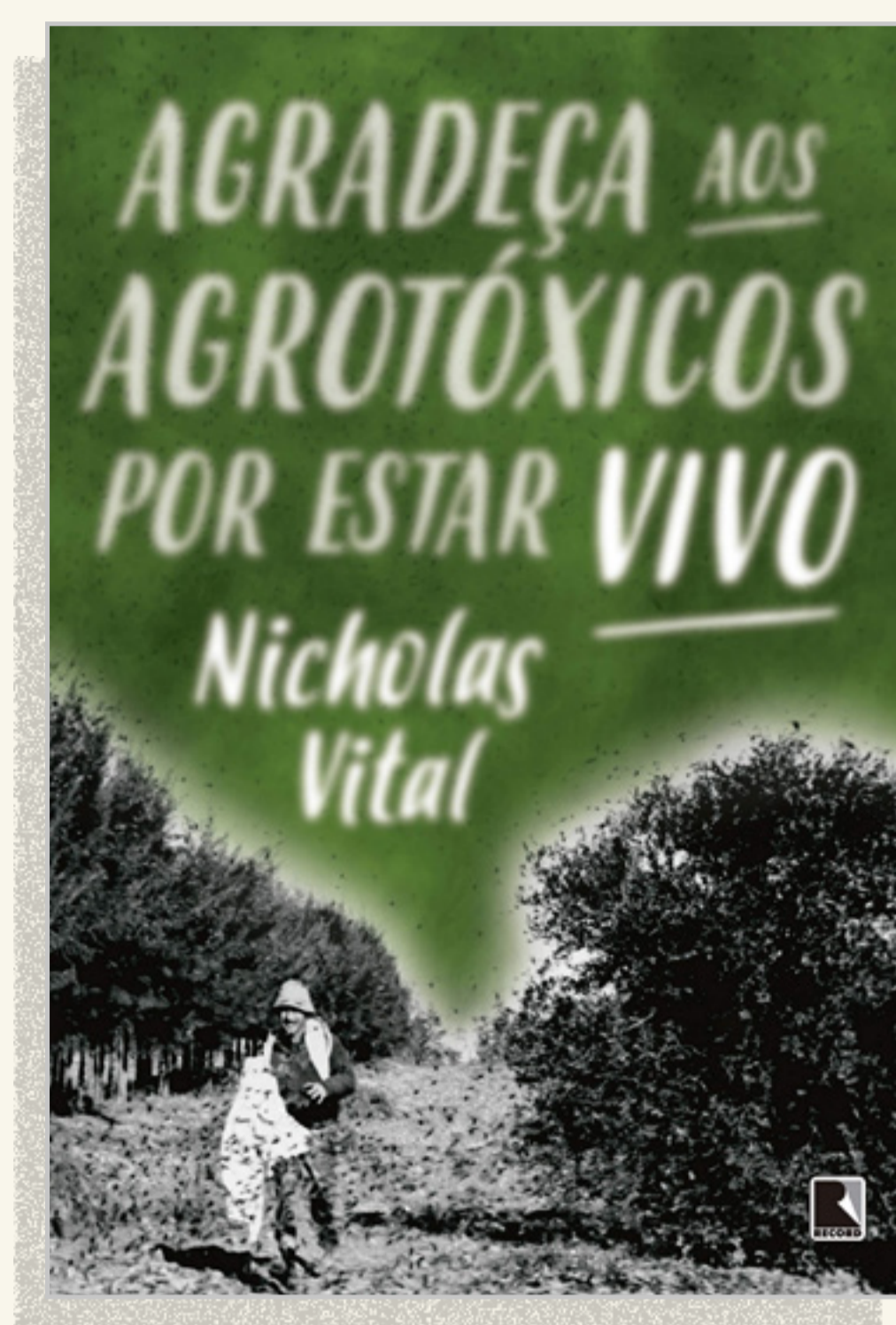
Por fim, a importância vital do “rule of law”, um Estado de Direito em que todos devem responder às mesmas regras. Scalia citava em seus discursos um trecho de O homem que não vendeu a sua alma, filme de Robert Bolt sobre Thomas More, em que o santo justifica o benefício legal até para o diabo. A passagem é memorável, pois More faz uma defesa incrível do império das leis dos homens, lembrando que não é Deus para julgar acima delas, e que atalhos ilegais para punir quem se sabe ser uma pessoa ruim colocam em risco o próprio arcabouço que protege os inocentes: “Oh? E quando a última lei caísse, e o Diabo se virasse para você – onde você se esconderia, Roper, as leis estando

todas abaixo? Este país está enraizado com leis de costa a costa – as leis do homem, não as de Deus – e, se você derrubá-las – e você é o homem certo para isso –, você realmente acha que poderia ficar de pé contra os ventos que soprariam então? Sim, eu daria ao Diabo o benefício da lei, para minha própria segurança”.

Que inveja de um povo que teve alguém como Scalia como ministro da Suprema Corte! Compará-lo aos pigmeus morais que ocupam nosso STF é compreender o abismo institucional que separa os Estados Unidos do Brasil...



índice



COMO A ESQUERDA VIROU AS COSTAS PARA A CIÊNCIA

“Quando se deixa de acreditar em Deus, passa-se a acreditar em qualquer coisa”, disse Chesterton. Não deixa de ser irônico ver como a esquerda secular e “progressista” trata os conservadores religiosos como obscurantistas aprisionados na Idade das Trevas e julga falar em nome da ciência, enquanto mergulha de cabeça nas seitas mais estranhas que existem.

A histeria com o “aquecimento global” (já modificado para o vago “mudanças climáticas”), a ideologia de gênero (negação das diferenças biológicas entre homem e mulher), a repulsa aos transgênicos e o endeusamento dos alimentos or-

gênicos comprovam: foi a própria esquerda que virou as costas para a ciência.

O tema deste texto será esse último caso, com base no livro ‘Agradeça aos agrotóxicos por estar vivo’, do jornalista Nicholas Vital. Movimentos ambientalistas declararam guerra aos “agrotóxicos” e santificaram os alimentos orgânicos, tidos como mais saudáveis. Mas será que a ciência está do lado deles? Será que os fatos corroboram essa paixão “natureba”?

O que o autor demonstra, com muita pesquisa e informação, é que toda essa seita criada em torno dos orgânicos depende de mitos, não fatos. As distorções já começam na escolha das palavras. Chamar de “agrotóxicos” os defensivos agrícolas denota um claro viés ideológico.

Alguns mitos derrubados pelo autor: 1. não há registro histórico de morte comprovadamente relacionada ao consumo de alimentos convencionais, enquanto os orgânicos foram responsáveis por algumas mortes e diversos casos de intoxicação; 2. não existe qualquer diferença, seja nutricional ou de sabor, entre os alimentos orgânicos e os convencionais; 3. o orgânico não é “um pouco mais caro”, e sim bem mais caro; 4. é inviável alimentar 7 bilhões de pessoas com produção orgânica, hoje responsável por menos de 1% do total no Brasil.

Por que, então, a mania com os orgânicos continua crescendo? Em parte isso se deve ao sensacionalismo da imprensa, que adora vender perigo. Há muitos interesses em jogo também, pois as redes varejistas vêm ampliando os espaços dedicados aos orgânicos, que apresentam margens de lucro enormes. O preconceito ideológico também influencia, e jovens idealistas se sentem combatendo o “sistema”, o capitalismo, as grandes empresas, enquanto defendem os “produtores familiares” (na prática, empresários como o ator Marcos Palmeira).

O mito do “bom selvagem” inventado por Rousseau ainda seduz muita gente, especialmente da elite entediada. Tudo aquilo visto como “natural” é considerado melhor, por gente que não aguentaria sobreviver um só dia na Floresta Amazônica. Criados no meio urbano, normalmente mimados, esses jovens nem sequer sabem como a comida surge na prateleira do supermercado. Acham que ela brota em embalagens bonitas, do nada.

O discurso de que grandes empresas estão envenenando o meio ambiente e nossos alimentos soa como música para esses ouvidos rebeldes. Não importa que a ciência refute as teses, que os fatos derrubem o alarmismo. É a narrativa que atrai, e eles gostam de se ver como guerreiros em prol do planeta, lutando contra terríveis capitalistas que riem enquanto jogam veneno em nossa comida.

Nada mais distante da verdade, porém.

Trabalhar no campo não é fácil, e a quantidade de obstáculos é enorme. Como se não bastasse o clima imprevisível e as dificuldades do mercado, como competição, logística e demanda desconhecida, os produtores rurais precisam enfrentar inúmeras pragas naturais. A história da humanidade desde o advento da agricultura é uma de combate a essas pragas, as mesmas que destroçaram o Egito lá atrás, no relato bíblico, e nunca mais pararam.

Até bem recentemente o nível de perdas nas colheitas era absurdo. De acordo com o Ministério da Agricultura, as perdas chegavam a 30% da produção brasileira no fim dos anos 1950. Em termos proporcionais ao PIB de hoje, isso seria um prejuízo de quase R\$ 100 bilhões, inaceitável. A situação começou a melhorar justamente com a popularização dos agroquímicos a partir desta data, e as soluções caseiras felizmente ficaram para trás.

Hoje o Brasil é uma potência global no agronegócio, locomotiva da nossa economia, graças à introdução de defensores agrícolas mais modernos, desenvolvidos após muita pesquisa por gigantes internacionais do ramo. As mesmas empresas odiadas pelos ambientalistas, como Monsanto, Basf e outras. Em nosso clima tropical, com elevada incidência de pragas, a alternativa aos defensivos

agrícolas é a fome, não a produção orgânica (que, aliás, também usa seus defensivos, o que costuma ser ignorado pelo público). A pergunta, então, é: você defende mesmo a redução na produção de alimentos em nome de uma ideologia?

A analogia que Vital faz é com os remédios que tomamos para tratar de nossas doenças. Os agroquímicos ou pesticidas são os remédios das plantas, contra suas doenças causadas por pragas. Sua função não é intoxicar os vegetais, mas sim seus predadores. O enxofre, primeiro defensivo agrícola de que se tem notícia, já era usado pelos sumérios para o controle de insetos e ácaros nas terras férteis da Mesopotâmia, cerca de 2,5 mil anos antes de Cristo. O que houve desde então foi uma evolução nos métodos de combate às pragas, que se tornaram menos, não mais perigosos.

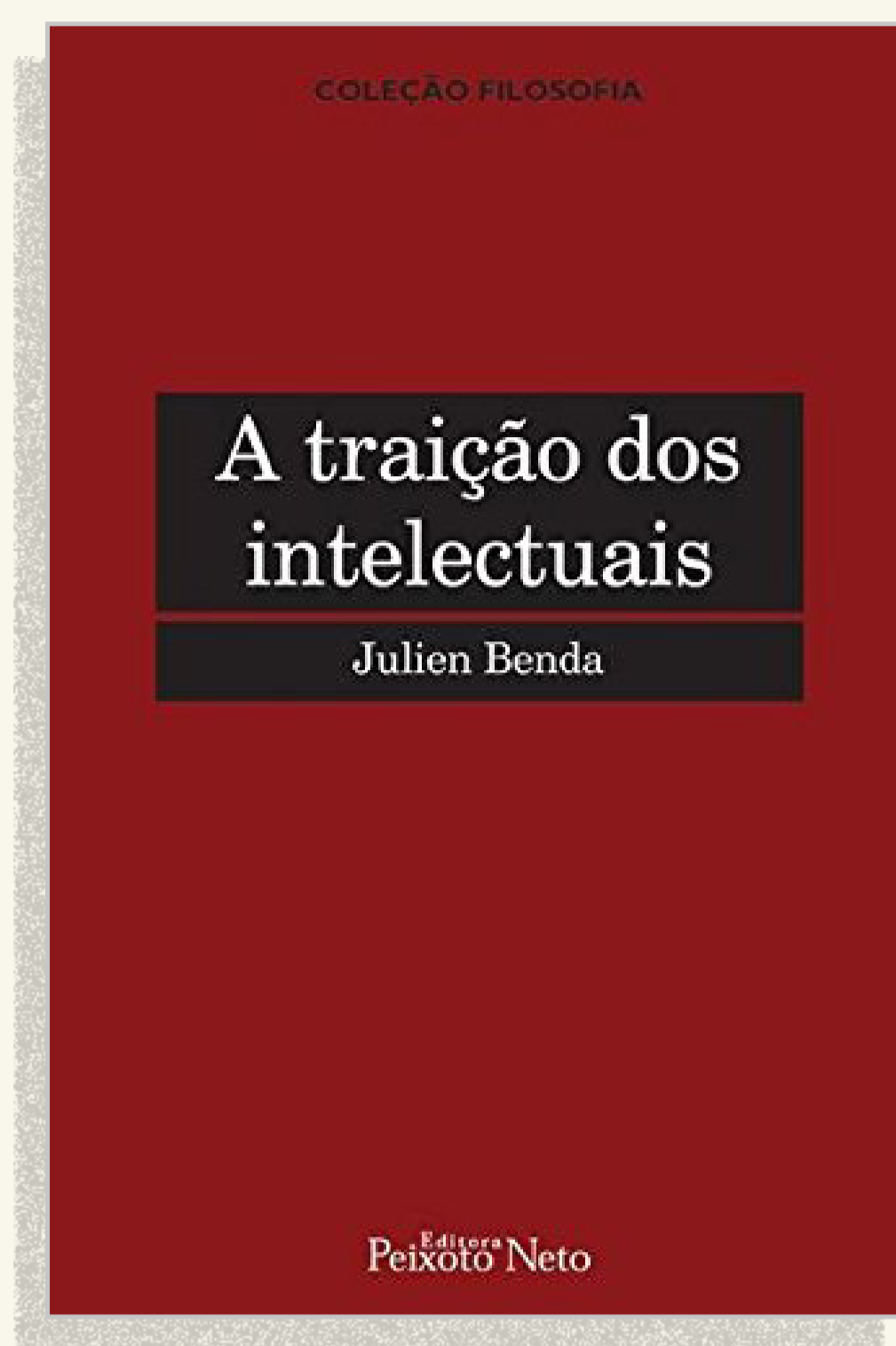
Para colocar um produto novo no mercado altamente regulado, uma empresa precisa gastar dezenas de milhões em pesquisa e desenvolvimento. Alguém acha mesmo que é mais seguro depender de soluções caseiras, como faziam antigamente? Sim, porque as pragas não vão desaparecer só porque os ambientalistas resolveram amar a natureza e abraçar árvores.

Em suma, essa cruzada contra os “agrotóxicos”, importada da Europa e dos Estados Unidos, está

mais para uma seita religiosa do que qualquer outra coisa, uma vez que não se sustenta em fatos ou na ciência. Atores famosos bancam os descolados e muitos querem copiá-los, no afã de seguirem seus passos rumo ao sucesso. Tem muito dinheiro envolvido no negócio dos orgânicos também. Por fim, a mídia vende pânico, o que rende audiência. O que poucos querem saber é a verdade. E a verdade é que o preconceito ideológico, não a ciência, explica a paranoia com os “agrotóxicos”. Graças a eles a produtividade no campo disparou e bilhões de bocas podem ser hoje alimentadas. Se o leitor ainda não está convencido e quer apostar na solução “natureba”, pode optar pela homeopatia em vez de remédios tradicionais da próxima vez que ficar doente. Boa sorte. Vai precisar.



índice



A TRAIÇÃO DOS INTELECTUAIS

Entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial, o pensador francês Julien Benda publicou um livro sobre a traição dos intelectuais. Essa traição, segundo ele, era abandonar a vocação dessa classe como homens voltados para a vida da mente, não da ação. Quando os intelectuais passaram a mergulhar nas questões mais práticas e materiais do mundo, o resultado foram as paixões políticas, sempre perigosas.

Por alertar sobre uma provável guerra ainda maior do que aquela que o mundo tinha acabado de experimentar, prevendo com precisão o caos produzido pelo fascismo, nazismo e comunismo, o livro teve

merecido destaque. Mas andou um tanto esquecido depois, e, como sua mensagem continua atual, vale a pena resgatá-la.

O julgamento desinteressado e a fé numa verdade universal: esses foram os princípios tradicionais que guiaram a vida intelectual até recentemente. Não mais. Hoje, ao simplesmente defender a possibilidade de uma busca desinteressada pelo conhecimento e por verdades transcendentais, o sujeito já atrai o desprezo de muitos.

Os sofistas dominaram a cena. Benda usa Cálicles, personagem do diálogo platônico Górgias, para mostrar como a descrença num universo intelectual mais puro não é novidade. O que é novidade, diz ele, é que antes esse tipo despertava o desprezo dos demais pensadores, enquanto hoje é a regra, sendo enaltecido pela maioria. Basta pensar no Cálicles moderno: Nietzsche. O “filósofo do martelo”, que colocava o “desejo pelo poder” acima de tudo, que pregava uma ética “além do bem e do mal” e que via com desprezo a “escravidão moral” do cristianismo, costuma ser idolatrado em círculos intelectuais.

É o foco no “pragmatismo” que Benda condena como sendo a traição desses homens de letras, enquanto intelectuais. Claro que, como cidadãos, todos têm preocupações prosaicas e comezi-

nhas, preferências políticas, boletos a pagar. Mas antigamente os intelectuais não cediam, como intelectuais, aos encantos do “homem comum” com suas necessidades básicas. Não ofereciam uma válvula de escape moral para seus desejos e instintos. Ao contrário: apontavam para um norte mais elevado, um horizonte que desafiava os homens a melhorar do ponto de vista moral.

Isso tudo mudou na era moderna, alega o autor. Deixar os impulsos e paixões dominarem nossas ações é sempre muito arriscado. E o pior é que essa mentalidade foi defendida pelos próprios intelectuais, que deveriam colocar o pensamento acima disso. Os bárbaros não vieram de fora, mas de dentro da classe pensante. A intelligentsia passou a pregar o desprezo ao pensamento, e essa foi sua grande traição.

Basta pensar nos pós-modernos, nos desconstrutivistas, na Escola de Frankfurt, para entender como foram longe demais nessa campanha contra a mente racional. A cultura, especialmente a alta cultura, passou a ser vista não como um mecanismo de emancipação do indivíduo, mas como um obstáculo elitista a esse fim. Tudo passa a ser pelo poder, ainda que mascarado, dissimulado. É luta de classes por todo canto, e ninguém mais age de forma realmente filosófica e imparcial, tentando se aproximar de uma verdade objetiva e univer-

sal. É a vitória do niilismo.

O que Benda está denunciando é a primazia das paixões políticas sobre a filosofia. Essas paixões despertam o ódio nas pessoas, provocando sentimentos enraizados em nossos corações. As duas características essenciais dessas paixões são a ideia fixa e a necessidade de colocá-la em ação. A preponderância dessas paixões políticas sobre todas as demais atingiu um patamar nunca antes visto na história.

O nacionalismo é particularmente analisado, por razões óbvias. Nas mentes “plebeias”, essa paixão nacionalista atinge um caráter de misticismo, de uma adoração religiosa, algo desconhecido antes. O caso mais evidente é o nacionalismo germânico, seguido pelo italiano. Benda chega a definir sua época como aquela da “organização intelectual dos ódios políticos”.

Com base em pseudociência, esses intelectuais acreditavam ter descoberto a “lei da história”, e sua visão de mundo tinha de triunfar de qualquer jeito. Uma forma nova de um desejo antigo: ter o Destino ao seu lado, mas agora com embalagem “científica”. Havia também uma divinização do realismo. Sai Deus de cena, e a Nação, o Estado, a Classe se tornam os novos deuses. Para sua grandeza e vitória vale tudo. Enquanto Jesus repetia

que seu reino não era desse mundo, os intelectuais modernos querem conquistar o mundo todo.

A humanidade praticava o mal antes, mas a diferença, segundo Benda, é que ela fazia isso honrando o bem, graças aos intelectuais. “A hipocrisia é a homenagem que o vício presta à virtude”, disse La Rochefoucauld. Essa foi a grande traição dos intelectuais: agora eles mesmos passaram a jogar o jogo das paixões políticas e enaltecer os vícios, desmerecendo as virtudes. Passaram a jogar para a plateia, dando aval às paixões humanas mais mesquinhas. Tornaram-se “práticos”, e nada mais. Em vez de representarem aquela pedra incômoda no caminho da perdição, eles passaram a ser reverenciados pelo povo, repetindo aquilo que as massas queriam, não o que deveriam escutar.

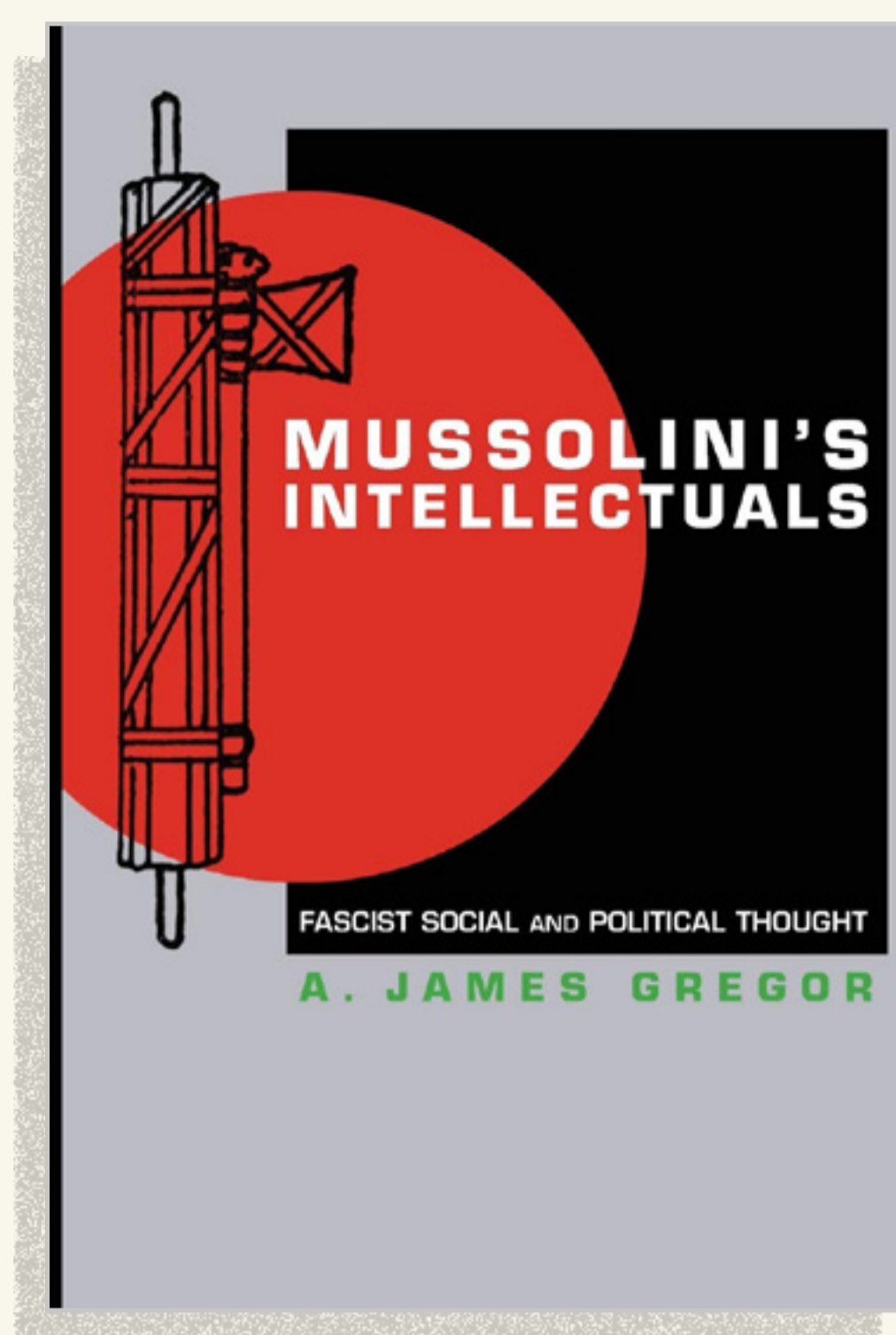
A tentação desses intelectuais de se colocarem a serviço de algum projeto de poder tornou-se quase irresistível. Por isso vemos tantos artistas, historiadores, filósofos e pensadores em geral dando aval para bufões populistas, no afã de canalizar emoções rumo à ação, ainda que violenta. Pela visão estética da glória da nação ou da classe, esses pensadores traíram o povo incentivando suas paixões irracionais, em vez de atuar como um freio a elas.

As democracias liberais eram muito “entediantes” para esses intelectuais. Era bem mais emocionante

defender alguma “solução” qualquer, uma revolução utópica, um messias salvador da pátria. A força e os resultados se tornam as únicas réguas morais. Qualquer ceticismo ou temperança são tidos como fraqueza moral, covardia. E o tribalismo entra em cena: quem não está totalmente com você só pode ser seu inimigo mortal, que precisa ser eliminado, pois representa uma ameaça ao projeto político grandioso. O indivíduo que pensa por conta própria não pode ser tolerado nesse grupo, por razões óbvias.



índice



OS INTELECTUAIS FASCISTAS DE MUSSOLINI

Falar em “fascismo” hoje em dia é complicado, pois tudo que não é socialismo virou fascismo na boca dos socialistas. Como Churchill alertara, “os fascistas do futuro chamarão a si mesmos de anti-fascistas”, e o futuro chegou. Além disso, qualquer grupo violento, agressivo, como até mesmo uma torcida organizada de futebol, é chamado de “fascista”. Mas o que é o fascismo? Qual a sua origem?

É o que tenta responder James Gregor em ‘Mussolini’s Intellectuals’ (Os Intelectuais de Mussolini), livro fundamental para quem se interessa pelo assunto. Ele mergulha nas ideias dos principais nomes por trás do fenômeno que surgiu na Itália

naquele começo do século 20, para mostrar que havia uma coerência ideológica por trás da coisa, que não se tratou apenas de brutamontes distribuindo pauladas, mas de pensadores, alguns renomados, construindo uma ideologia totalitária com resultados perversos.

A primeira coisa que chama a atenção é que quase todos os líderes intelectuais do fascismo foram marxistas. Houve uma conversão, em muitos casos após a Primeira Guerra Mundial, quando esses pensadores perceberam que o conceito universal de classe não era suficiente para atrair o proletário para a luta, uma vez que o apego à nação falava mais alto. O fascismo trocava classe por nação, mas manteria inúmeras outras características do marxismo, a começar por seu coletivismo que ignora o indivíduo, meio sacrificável para esse “bem geral”.

Até mesmo Gramsci, um dos principais pensadores comunistas italianos, reconheceu que inicialmente o fascismo fez oposição ao socialismo não porque era antissocialista, mas porque o socialismo oficial da época foi contra a entrada da Itália na guerra. Para Mussolini, ele mesmo um jovem socialista, essa oposição surgiu pelo sentimento antinacionalista equivocado dos socialistas. Mussolini, como outros fascistas, achava que era perfeitamente possível combinar ambos – socialismo e nacionalismo.

Uma confusão comum advém do fato de que os fascistas não desejavam, como os socialistas, derrubar completamente o capitalismo. Para os marxistas, que acreditavam no determinismo histórico, qualquer um que tentasse reabilitar o capitalismo de alguma forma só podia ser um reacionário, ainda que os próprios marxistas reconhecessem a importância do capitalismo como etapa do progresso. Colocar-se contra o “curso inevitável da história” era coisa de gente irracional e contraditória, segundo os marxistas.

Já os fascistas também desejavam fins semelhantes, só que pretendiam usar o capitalismo, ainda que sob o total controle estatal, como instrumento desse progresso coletivo. Pensadores como Giovanni Gentile e Roberto Michels traçaram o arcabouço fascista antes da chegada de Mussolini ao poder, com a mistura de um nacionalismo idealista e um sindicalismo revolucionário.

O uso da violência associada ao fascismo não muda sua origem idealista, da mesma forma que o “socialismo real” também justificou a violência, mas não altera o idealismo marxista original. Tanto o fascismo como o marxismo não são somente violência pura: ela jamais teria o verniz de aceitação que teve, como um meio legítimo, sem os pilares ideológicos a sustentando, sem a utopia final vendida aos iludidos.

Os fascistas eram marxistas heréticos, pois achavam que o instrumental marxista não bastava para levar um país pouco industrializado como a Itália rumo ao progresso. Eles queriam “modernizar” a indústria italiana para executar a “revolução proletária” e um programa de distribuição de riquezas mais “justo” e igualitário. O capitalismo industrial de Estado era, portanto, apenas um meio para seu fim coletivista e socialista.

O fascismo pegou um sentimento legítimo – o patriotismo e a busca por pertencimento – e o transformou em algo totalmente diferente: um nacionalismo coletivista que buscava o “renascimento” da Itália de outrora, uma “Terceira Roma” que resgatasse a civilização decadente, a moralidade perdida num mundo cada vez mais materialista e sem propósito. O individualismo era o alvo dos fascistas e o ressentimento em relação a outras potências mais avançadas era o combustível desse nacionalismo.

A democracia representativa corrupta e ineficiente era um obstáculo a essa meta ambiciosa. Em seu lugar, era preciso colocar os mais capazes, os mais competentes. Os fascistas desprezavam os mecanismos imperfeitos e entediantes do Parlamento, preferindo colocar em seu lugar uma elite “esclarecida” que falasse diretamente em nome do Povo. Nada muito diferente do que pregavam os

marxistas, com sua “ditadura do proletário” como fase intermediária até a “abolição do Estado”.

A democracia representativa e a economia liberal seriam alvos dos ataques tanto dos sindicalistas revolucionários como dos marxistas e fascistas, pois impediam “grandes feitos” e corrompiam a consciência política das massas. A democracia se mostrou incapaz de entregar o potencial da nação, descambando para o populismo, e somente uma liderança autoritária que colocasse a nação como prioridade poderia destravar todo esse potencial, para criar a “Itália proletária”.

Na economia, a influência seria de gente como o alemão Friedrich List, defensor de um nacional-desenvolvimentismo que condenava o liberalismo e pregava o protecionismo estatal como alavanca para o futuro radiante. O governo era a grande locomotiva do progresso e, por isso, Mussolini resumiu sua ideologia assim: “Tudo no Estado, nada contra o Estado e nada fora do Estado”.

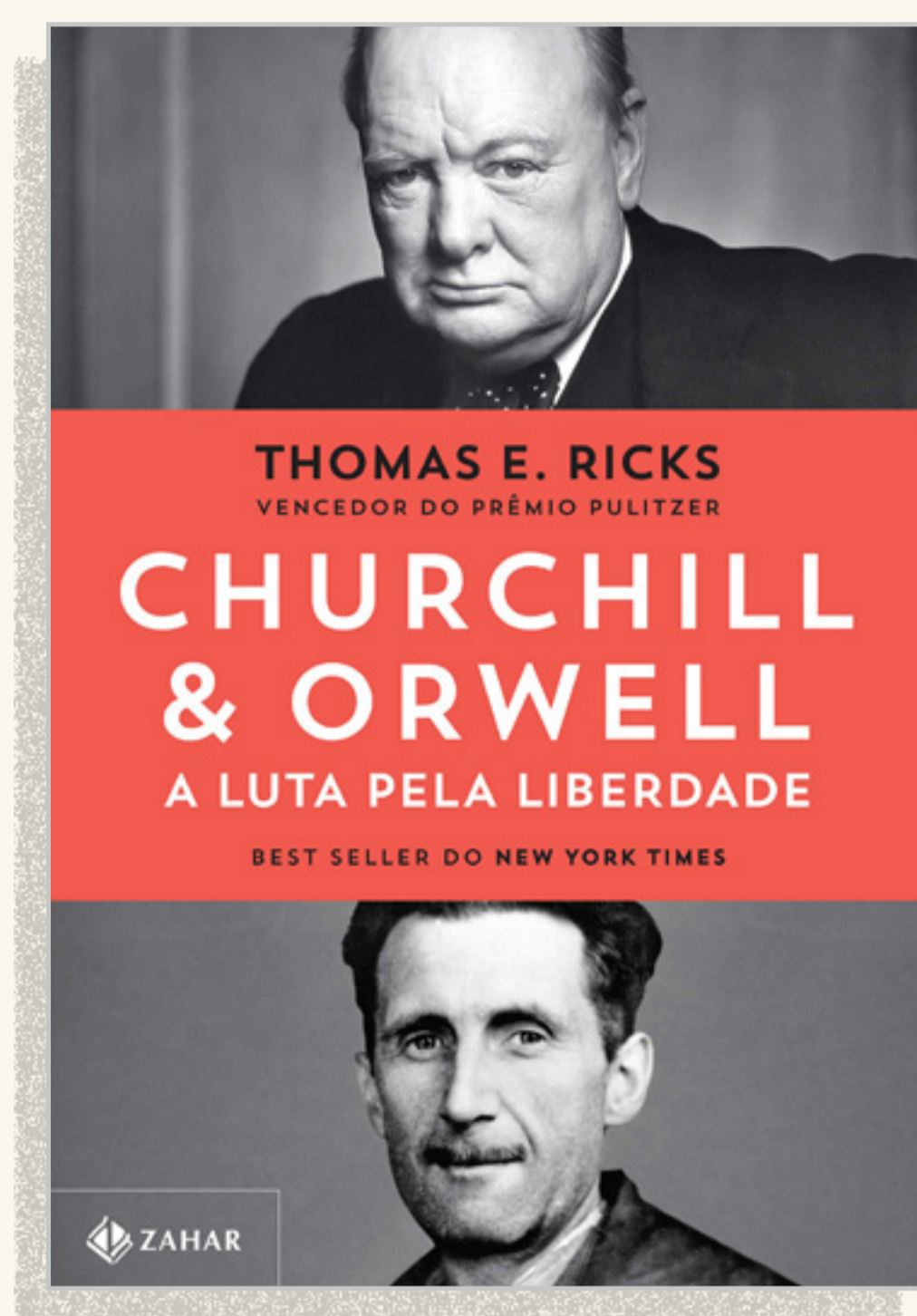
Quando estudamos os intelectuais que criaram o fascismo como ideologia, fica mais claro o absurdo da acusação que a esquerda faz aos liberais e conservadores. Que uma ala minoritária da dita “direita” possa ter cores fascistas até é verdade, mas porque os extremos se tocam. São muito mais parecidos com seus “arqui-inimigos” marxistas

e socialistas do que esses gostariam.

“Para qualquer um que soubesse alguma coisa sobre Mussolini, estava claro que havia muito pouco que fosse conservador, liberal ou politicamente democrático em suas convicções mais fundamentais”, afirma Gregor. Diante disso tudo, resta evidente que, quando um socialista acusa um liberal de “fascista”, está seguindo a tática de Lenin de atacar os outros na frente de um espelho.



índice



CHURCHILL E ORWELL: A LUTA PELA LIBERDADE

Um foi tido como um fanfarrão pouco confiável no mundo da política britânica, até ter a oportunidade de se tornar protagonista como primeiro-ministro no embate de vida ou morte contra Hitler e os nazistas, tornando-se então o maior estadista do século XX. O outro era um escritor meio apagado, com alguns textos e livros de razoável repercussão, até retratar com perfeição o modelo totalitário comunista que ameaçava as mais básicas liberdades individuais, tornando-se um dos autores mais influentes do século XX.

As vidas de Winston Churchill e George Orwell suscitam inúmeras biografias e filmes. Quando ambas

são retratadas em paralelo, por um jornalista premiado, o resultado é o imperdível Churchill & Orwell: The Fight For Freedom, de Thomas Ricks. Tanto Churchill como Orwell se viram no epicentro dos acontecimentos mais marcantes da história, quando regimes totalitários colocaram em xeque a sobrevivência da democracia liberal do Ocidente.

Hitler e seu nacional-socialismo de um lado e Stalin com seu comunismo do outro, os dois monstros desafiaram a essência do legado ocidental, que tinha no Reino Unido seu principal bastião (até a entrada mais ativa da América no jogo geopolítico). E tanto Churchill como Orwell reagiram com ferramentas similares: seus intelectos, sua confiança em seu próprio julgamento e suas convicções, mesmo quando muitos em volta flertavam com o inimigo e, acima de tudo, com suas palavras.

É importante lembrar que Churchill também era um jornalista e sua habilidade com a língua inglesa foi crucial em sua estratégia de defesa do Ocidente, sabendo extrair o melhor de seus concidadãos por meio de seus inesquecíveis discursos. O que estava em jogo – e ambos sabiam disso – era a própria liberdade de pensar por conta própria, de viver em um ambiente democrático, de se expressar e se associar sem o controle estatal.

O indivíduo autônomo, em suma, poderia deixar

de existir se Hitler e Stalin vencessem, e Churchill, assim como Orwell, tinha plena noção do risco. Ainda que por caminhos distintos e perfis diferentes, inclusive ideológicos, o fato é que os dois compartilharam de uma causa comum, e por conta dela lideraram uma resistência à maré estatista assassina que teve começo nos anos 1920 e 1930, chegando ao seu apogeu na década de 1940.

Com o benefício do retrospecto é sempre mais fácil julgar. Mas Churchill e Orwell tiveram que superar obstáculos dentro do próprio ambiente britânico, já que muitos na elite flertaram com soluções autoritárias quando o modelo liberal parecia fadado ao fracasso após a crise de 1929. Coletivismos de matizes distintas pareciam oferecer a saída mágica, mas não para esses dois heróis: eles entenderam a importância do valor do indivíduo no mundo, um indivíduo que deveria ter o direito de discordar da maioria, de criticar as autoridades estabelecidas.

“Se liberdade significa alguma coisa, ela significa o direito de dizer às pessoas aquilo que elas não querem escutar”, resumiu Orwell. E era essa liberdade que estava morrendo pela aceitação do coletivismo. Mesmo Orwell, que se dizia um socialista, na prática condenava a essência do socialismo, ao menos aquele existente, o único possível, o “real”. Não por acaso retratou em su-

as distopias a realidade sombria do experimento soviético, e foi perseguido pelos comunistas.

Um ponto que merece destaque é como as oportunidades se apresentaram para os dois heróis, já com certa idade, e quando ambos pareciam desacreditados por seus pares. Churchill era considerado por muitos políticos ingleses como instável, com temperamento imprevisível e caráter questionável. Principalmente nos meios mais conservadores dos Tories, ele era um “outsider”, um ególatra, alguém que tentava se promover a todo custo.

Mas foi essa figura que assumiu a liderança na guerra contra Hitler, conquistando não só a aprovação do rei como de seus súditos, e de quase todos os políticos, liberais e conservadores. Muitos ainda tinham várias discordâncias e desconfiavam de seu estilo, mas reconheciam sua capacidade de liderar, assumir riscos numa posição de isolamento, sua coragem e determinação e sua obstinação incansável. Tudo isso foi revelado somente quando a chance bateu à sua porta.

Algo parecido aconteceu com Orwell. Eric Blair, seu nome verdadeiro, foi um menino franzino e doente e, na juventude, saiu em aventuras em busca de histórias para escrever ou da sensação de lutar por Justiça. Já em Burma, experiência que lhe rendeu um livro, aprendeu a ser cético com a autoridade e

entendeu que o exercício do poder pode corromper uma pessoa, por melhor que ela seja. Essas ideias iriam acompanhá-lo até mais tarde, sendo mais bem elaboradas, mas fundamentais para suas histórias em *A revolução dos bichos* e 1984, os dois livros que lhe garantiram fama eterna.

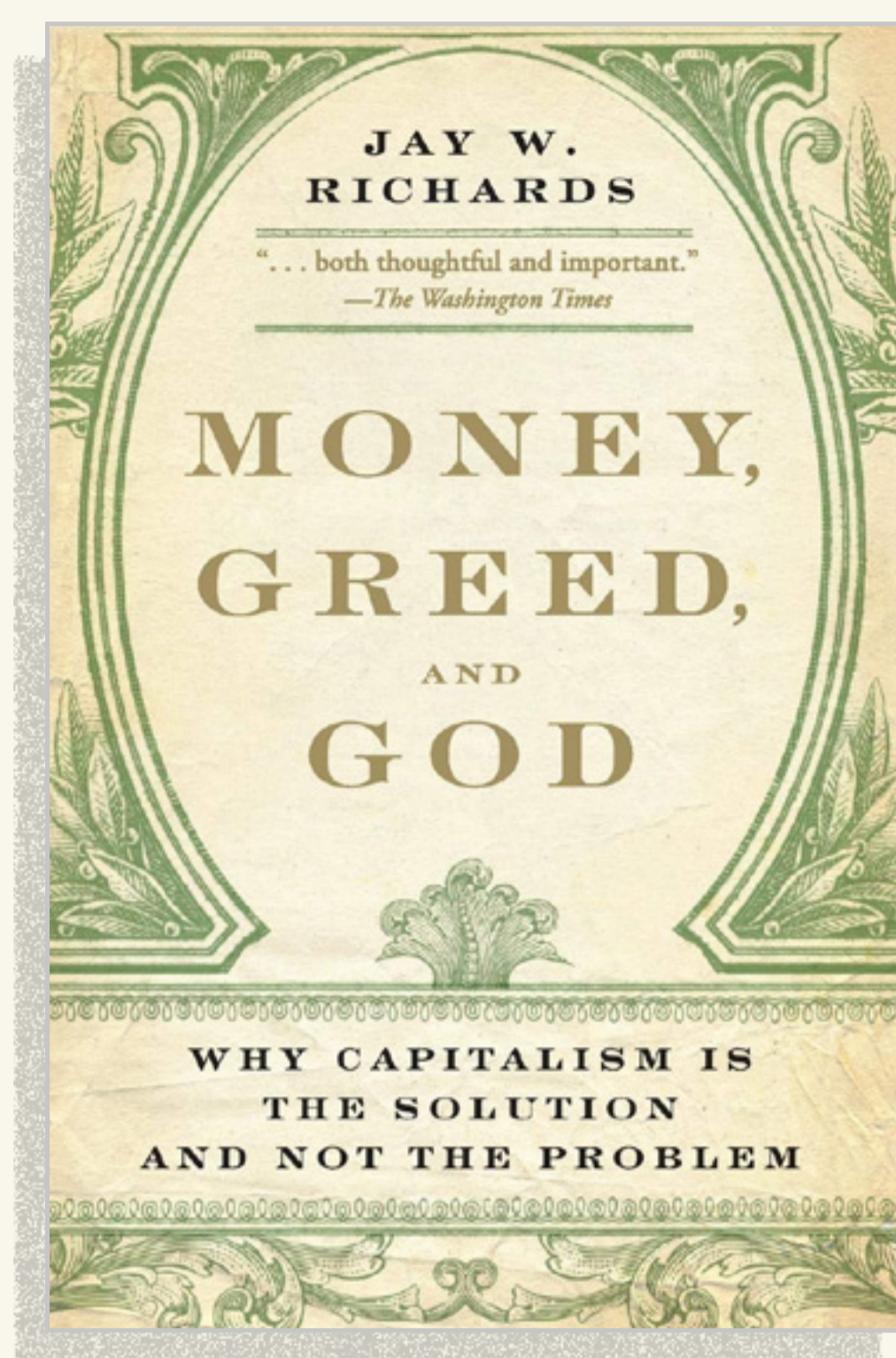
Quando foi combater fascistas na Espanha, acabou sendo perseguido por comunistas, o que significou uma lição preciosa: opressores são opressores, não importa qual ideologia utilizem. Sua visão de dentro da elite sempre o acompanhou como alerta para os defeitos da classe alta: ele chegou a sentir desprezo por seus pares. Não foi muito diferente com Churchill: seu lado americano, pela mãe, sempre foi motivo de desdém pelos aristocratas esnobes, e a recíproca era verdadeira.

Mas tanto Orwell como Churchill puderam manter o contato com a realidade do povo, sentindo o pulso da população em momentos importantes. Estavam em sintonia com a classe média, não necessariamente com as elites. Até porque as elites, com mais a perder, preferiam em grande parte apoiar o acordo de paz de Chamberlain com Hitler, como se isso fosse possível. Sabemos, historicamente falando, que o grosso do financiamento das ideologias totalitárias não vinha do proletário, mas das elites.

Em tempos de desespero, quando tudo parecia perdido, Churchill e Orwell não abaixaram suas cabeças; ao contrário: assumiram o fardo de enfrentar o inimigo de peito aberto, com clareza moral e realismo e, com enormes custos pessoais, contribuíram para a vitória da democracia liberal, principal legado da civilização ocidental. Não é pouca coisa.



índice



A DEFESA MORAL DO CAPITALISMO PELA ÓTICA CRISTÃ

A mensagem cristã é uma de amor ao próximo, de sacrifício pessoal, de altruísmo, de compaixão e cooperação. Como é possível coadunar isso ao capitalismo, que defende a concorrência, o lucro, até mesmo a ganância? Será que todo cristão deve ser um anticapitalista, quiçá um socialista convicto?

Jay W. Richards, Ph.D. em filosofia e teologia, garante que não. Em 'Money, Greed, and God: Why Capitalism Is the Solution and Not the Problem', ele faz uma eloquente defesa moral do sistema capitalista, argumentando ser este o mais alinhado aos propósitos cristãos. Para Richards, se os poucos comunistas remanescentes estão em Havana

e Harvard, ainda há muita gente que rejeita o capitalismo como um sistema moral.

Mas quanto mais o autor estudava sobre o capitalismo, mais ele deixava de lado seu viés esquerdista e se convenciu de que tal sistema era não só melhor do ponto de vista de resultados práticos, mas moralmente superior. O segredo para sua conversão foi o estudo da economia. Se o desejo é realmente ajudar os mais pobres, e não apenas se sentir bem repetindo mensagens bonitas, então dominar o funcionamento da ciência econômica é crucial.

Logo de cara ele alerta para o risco da falácia do Nirvana: comparar uma realidade imperfeita com algum ideal imaginado, mas inexistente. O capitalismo deve ser comparado com suas alternativas concretas, não com utopias. Há ainda o mito da Piedade, que é focar nas boas intenções e deixar de lado as consequências não-intencionais de nossos atos. Outro mito relevante é o de Soma Zero, que trata a economia como um jogo em que, para se ter um vencedor, deve-se necessariamente ter um perdedor. A descoberta de que as trocas livres podem ser mutuamente benéficas costuma ser um despertar para muito esquerdista.

É importante demonstrar que o capitalismo não nega a ética cristã, pois, como Richards diz, se ambos estivessem mesmo em confronto, um cristão

não poderia ser um capitalista. Felizmente tal contradição não existe. Enquanto muitos enxergam apenas competição no capitalismo, exagerando seu caráter predatório, o fato é que ele representa um incrível sistema de cooperação, de império das leis, e que floresce melhor em um ambiente de virtudes, com famílias estáveis, auto-sacrifício, compromisso com a gratificação adiada e uma disposição de arriscar com a esperança em um futuro melhor. Tudo isso se encaixa bem na visão cristã.

A riqueza, que não existe num estado natural e abundante, é produzida quando nossa liberdade criativa pode prosperar num contexto de liberdade, de preferência sob a garantia das leis e uma rica cultura moral. Nada disso deveria ser surpresa para um cristão, que acredita ser o homem feito à imagem de Deus. A imago dei seria a prova de que nossa atividade criadora reflete a imagem divina. E é numa economia livre que podemos melhor utilizá-la.

Daí a importância de se entender bem o mecanismo econômico. Apenas a paixão moral extremista sem conhecimento da realidade costuma levar a extermínios em massa, como nos países socialistas. Aqueles que tentam enxergar uma mensagem comunista na Bíblia estão deturpando o livro sagrado dos cristãos. Os seguidores de Jesus que abrem mão de seus bens o fazem de forma voluntária, e não há a figura do estado como instrumento de coerção

para forçar uma distribuição igualitária da riqueza. O confisco pregado pela esquerda não guarda semelhança alguma com a mensagem de Cristo.

No mais, aquilo que pode ser realizado em grupos menores, como uma família ou uma pequena tribo, não funciona em grandes números, pois gera um mecanismo inadequado de incentivos, como a “carona grátis”. Basta pensar em todos trabalhando numa sociedade complexa como a brasileira para acumular o resultado sob o controle de um só agente, o estado, que depois irá alocar os bens de acordo com a necessidade de cada um. Tal sistema leva inexoravelmente a uma desconfiança geral, traições, revoltas, corrupção, oportunismo e vitimização, já que todos passam a “necessitar” de tudo e ninguém mais pode nada.

Poucos sabem, mas foi exatamente esse modelo o adotado na primeira colônia americana, em Plymouth. Foi um fiasco, e vários morreram de fome, até que o sistema fosse repensado e a propriedade privada com trocas livres fosse adotada. Foi só aí que a colônia prosperou e se tornou a produtiva Comunidade de Massachusetts. Já os comunistas, ao tentarem criar o paraíso cristão na própria Terra, conseguem apenas espalhar o inferno. Tal missão secular, para começo de conversa, é prova da pura arrogância humana, do pecado do orgulho, quando o homem resolve bancar Deus.

Ele se preocupa com os mais pobres, e temos a obrigação, como cristãos, de compartilhar dessa preocupação. Mas essa mensagem, presente por toda a Bíblia, precisa ser calibrada justamente com o conhecimento de como podemos ajudar mais os pobres. É aí que entra as noções básicas de economia, e o entendimento de que devemos buscar resultados concretos, não a simples sensação de superioridade moral do monopólio da virtude. A piedade não é substituta da técnica. As boas intenções não bastam.

E quando julgamos com base nos resultados, os ambiciosos programas “progressistas” por meio do estado, como a “Guerra à Pobreza”, mais parecem uma guerra contra os pobres. Já o capitalismo liberal tem sido o melhor amigo dos mais pobres, retirando milhões da miséria ao longo das décadas. Sem falar dos efeitos morais perversos do “welfare state”, que cria dependência e retira do indivíduo o senso de responsabilidade, diluindo também o dever moral dos demais. Socialismo significa menos caridade voluntária, a única que vale. Delegar caridade, ainda mais para quem vai usar coerção, é abrir mão do dever cívico de ajudar o próximo. É cômodo, mas é injusto e não funciona.

Os americanos, um povo predominantemente cristão, doam 1,67% do PIB em caridade, mais do que o dobro do segundo colocado, o Reino Unido,

e o terceiro, Canadá. A secular França vem lá atrás, com apenas 0,14% do PIB. Os americanos são mais filantropos e mais capitalistas, mostrando que não há incompatibilidade alguma entre eles. Pode, então, um cristão ser um capitalista? A resposta é: claro que sim!



índice

